

USO PELA INDÚSTRIA DO TABACO (IT) DE ESTRATÉGIAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC) PARA INTERFERIR NO COMBATE AO COMÉRCIO ILÍCITO

INFORME 2: COMÉRCIO ILÍCITO

31 DE MAIO DE 2022

Este documento foi produzido com a ajuda de um subsídio da UNION em nome de STOP. STOP, uma organização que monitora globalmente a indústria do tabaco e é financiado pela Bloomberg Philanthropies, formado por uma parceria entre o Tobacco Control Research Group da University of Bath, o Global Center for Good Governance in Tobacco Control (GGTC), a International Union Against Tuberculosis and Lung Doença (UNION) e Vital Strategy. O conteúdo deste documento é de responsabilidade exclusiva dos autores e em nenhuma circunstância pode ser considerado como um reflexo das posições da UNION, da STOP ou dos doadores.



A GLOBAL TOBACCO INDUSTRY WATCHDOG

Projeto STOP - Uso pela indústria do tabaco (IT) de estratégias de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) para interferir no combate ao comércio ilícito

Autores: Luis Guilherme Hasselmann, Ana Paula Cardoso Richter, Silvana Rubano Turci e Vera Luiza da Costa e Silva.
Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab)

Contexto

O comércio ilícito de produtos de tabaco representa uma grande preocupação mundial para a saúde pública, economia e segurança pública. Mais especificamente, o comércio ilícito de produtos de tabaco mina os esforços das políticas de controle do tabagismo, particularmente em relação à política tributária. Por não serem tributados e nem regulamentados, os produtos ilícitos de tabaco não possuem advertências de saúde ou requisitos de embalagem ou rotulagem, o que favorece o seu consumo.¹ À semelhança com outras regiões no mundo, o comércio ilegal de cigarros no Mercosul^{1 2} envolve preços médios mais baixos em comparação aos cigarros tributados.³ Ainda, o aumento da acessibilidade de cigarros, via mercado informal, aliado aos preços inferiores dos produtos contrabandeados - e por tanto não submetidos à regulamentação - favorece o consumo de cigarros por jovens e populações de baixa renda^{1,4}

Estima-se que no mundo, 1 em cada 10 cigarros e produtos derivados de tabaco consumidos sejam provenientes do comércio ilícito⁵ e que mais de 164 mil mortes prematuras seriam evitadas por ano, de 2030 em diante, se o comércio ilícito global fosse eliminado.⁶ Neste mesmo cenário, estima-se que os governos arrecadariam, no mínimo, US\$31 bilhões em impostos por ano.⁶

O comércio ilícito também é lucrativo para grupos criminosos, que utilizam os recursos provenientes do contrabando para financiar mais atividades criminosas.⁷ Na última década, com a introdução dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), o comércio ilícito de DEFs também passou a fazer parte do problema. Por um lado, a comercialização, distribuição e importação de DEFs estão proibidas em ao menos 36 países,⁸ o que levou a uma abundância de lojas que vendem DEFs e seus acessórios ilegalmente.^{9,10} Por outro lado, o comércio ilícito dos DEFs também ocorre em mercados onde este é legalmente comercializado, da mesma maneira que o comércio ilícito de cigarros ou outros produtos do tabaco.¹¹

No Brasil, o aumento do preço dos produtos de tabaco se alinhou às políticas de impostos e preços como políticas de controle do tabagismo, que visam prevenir a iniciação e promover a cessação do tabagismo.¹² Nos últimos anos, a estratégia de aumento de

¹ Bloco fundado em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai

impostos sobre os produtos de tabaco favoreceu a redução da prevalência do consumo de cigarros. Entretanto, devido à proximidade de países que têm impostos e preços mais acessíveis, o comércio ilícito de cigarros no Brasil tem aumentado ¹³ e dados da Receita Federal Brasileira confirmam isso, mostrando que as apreensões de cigarros têm crescido nos últimos anos. Em 2018, foram apreendidos 108,30 milhões de maços que entraram ou estavam sendo comercializados irregularmente no Brasil. ¹⁴ Em 2019, o número chegou a 113,34 milhões.¹⁴ Em 2020, o número pulou para 122,58 milhões de maços apreendidos. ¹⁴ Os dados coletados até setembro de 2021 mostram que cerca de 59,44 milhões de maços foram apreendidos no ano.¹⁴

Um dos estudos brasileiros para estimar a magnitude do consumo de produtos de tabaco antes e depois de 2012 avaliou o impacto no contrabando do aumento na tributação dos cigarros. ¹² Os resultados mostraram que entre 2008 e 2013, houve redução na prevalência de fumantes diários de cigarros regulares (de 13,3% em 2008 para 10,8% em 2013).¹² Contudo, o estudo indicou que, neste mesmo período houve aumento do consumo de cigarros ilícitos, levando em conta sexo, idade, nível educacional e local de residência. ¹² Entre 2008 e 2013, a proporção de consumo de cigarros ilícitos aumentou de 16,9% para 32,3%. ¹² Em 2013, o consumo de cigarros ilícitos e, portanto, mais baratos, ocorreu principalmente entre os indivíduos com ensino fundamental incompleto (42,1%) e entre aqueles residentes nos estados fronteiriços (40,8%).¹²

Estudo realizado por Szklo e colegas mostrou que houve aumento no tamanho do mercado ilícito e diminuição tanto no consumo de cigarros legais quanto na proporção de fumantes urbanos entre 2014 e 2016.¹⁵ Entretanto, entre 2016 e 2017, houve uma diminuição no consumo de cigarros ilícitos no Brasil apesar de o consumo anual total de cigarros ter aumentado.¹⁵ O estudo aponta ainda que o Brasil experimentou um aumento temporário do poder de compra da população e, diferentemente do que aconteceu entre 2014 e 2016, nem os impostos especiais de consumo sobre os produtos de tabaco, nem o preço mínimo dos cigarros foram aumentados em 2017.¹⁵ Além disso, também não houve melhorias na prevenção de entrada de cigarros ilegais vindos do Paraguai, um país com menores impostos e custo de produção mais baixo que o Brasil.¹⁵ O estudo concluiu que fumantes que migraram para cigarros ilegais mais baratos poderiam estar tentando parar de fumar, e reforçou a importância do aumento dos impostos sobre os produtos de tabaco.¹⁵

Em 2021, um estudo publicado pelo Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab) estimou, a partir de dois métodos com observações diretas dos maços de cigarros, o consumo de cigarros ilegais no Brasil nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, João Pessoa, Belo Horizonte e Campo Grande.¹⁶ O estudo concluiu que Campo Grande apresentou o maior percentual (70,1%) de consumo de cigarros ilegais, seguido por Belo Horizonte (66,3%), João Pessoa (55,3%), São Paulo (46,3%) e Rio de Janeiro (30,4%) e que predominantemente, os cigarros ilegais foram produzidos no Paraguai e exportados ilegalmente para o Brasil. O estudo também

reportou que em todas as cidades, a marca mais consumida de cigarros era ilegal, e que na maioria dos pacotes, constava o nome da empresa produtora e o país de origem.¹⁶

Como a indústria do tabaco atua na questão do contrabando

A IT tem uma relação aparentemente multifacetada com o contrabando (**Figura 1**). Primeiro, ela argumenta que o contrabando gera problemas para os seus negócios, para o consumidor e para a sociedade. Em seguida, ela atribui responsabilidades a outros atores, e responsabiliza as políticas de controle do tabagismo em geral - em particular o aumento de impostos sobre cigarros - como os principais vilões.^{14,17} A indústria então argumenta sobre o impacto que estas medidas podem gerar sobre toda a cadeia produtiva e sobre a distribuição de cigarros, incluindo quanto o contrabando impacta na queda da geração de empregos.¹⁷ Seguindo, a indústria se posiciona como parte da solução, seja em nível nacional, regional ou global. Isto inclui o patrocínio da cobertura jornalística da MOP² e fazer lobby sobre o posicionamento do Brasil nas questões de implementação do Protocolo de eliminação ao comércio ilícito, até comportar-se como se fosse parceira dos governos, usar órgãos de fachada para promover sua agenda, financiar e promover estudos que estimam a dimensão do comércio ilícito, além de criar sistemas globais de rastreamento e monitoramento de produtos do tabaco que são promovidos junto aos governos.¹⁴ Algumas destas estratégias têm enfoque nacional, outras têm uma abordagem global e podem ser particularizadas em determinados países. No entanto, abordagens globais, regionais e nacionais estão intrinsecamente conectadas já que o maior esforço regulatório no combate ao contrabando se concentra em nível nacional. O Protocolo de Eliminação do Comércio Ilícito (aqui referido como Protocolo), do qual o Brasil é Parte legalmente vinculada desde 14 de Junho de 2018,¹⁸ contém medidas de cunho global para abordar não só os aspectos nacionais, mas também os aspectos transfronteiriços do comércio ilícito, o que facilita a cooperação internacional.¹⁹ Entre suas medidas, o Protocolo orienta suas Partes para que não deixem a IT como a entidade responsável pelo combate ao contrabando, que deve ser de responsabilidade dos governos.¹⁹

Figura 1 - Relação da indústria do tabaco com o contrabando: argumentos

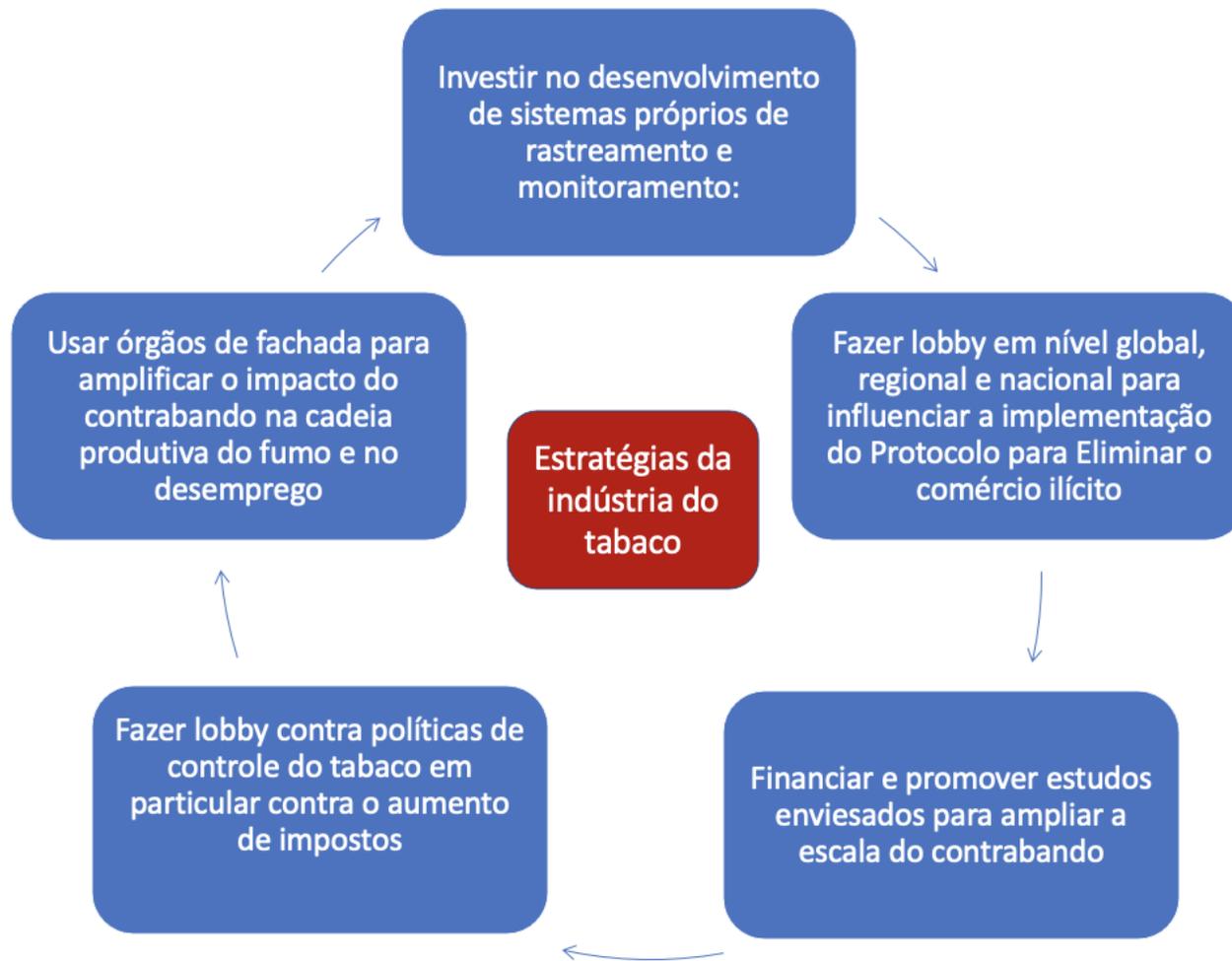
² Meeting of the Parties, órgão de governança do Protocolo de eliminação do comércio ilícito de produtos de tabaco, composto pelas Partes do Protocolo



Abordagem global

Desde os primeiros momentos em que a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) foi concebida, já contava com artigos de redução de oferta de produtos derivados de tabaco, entre eles o Artigo 15, que aborda sobre o tópico comércio ilícito. A IT também se organizou internacionalmente para propor medidas que ela pudesse controlar e que continuassem atendendo seus interesses. As iniciativas e o discurso da indústria no que tange ao combate do comércio ilícito de produtos do tabaco podem ser exemplificadas em torno de 5 grandes abordagens:

Figura 2 - Relação da indústria do tabaco com o contrabando: estratégias



1. Investir no desenvolvimento de sistemas próprios de rastreamento e monitoramento: apresentar um sistema global de rastreamento e monitoramento de cigarros como saída para monitorar o comércio ilícito de produtos de tabaco.

A IT criou um modelo de sistema de monitoramento de produtos de tabaco, chamado Codentify, com o argumento de ajudar a determinar se um produto de tabaco em trânsito seria autêntico ou falsificado e promover padrões internacionais de combate ao contrabando, à falsificação e à evasão fiscal.^{14,20} Desenvolvido e promovido pela Philip Morris International (PMI), o Codentify foi posteriormente licenciado para a British American Tobacco (BAT), Imperial Tobacco Group (ITG) e Japan Tobacco International (JTI).¹⁴ Juntas, essas empresas formaram um grupo de trabalho pan-industrial chamado de "The Digital Coding and Tracking Association" (DCTA) para promover o Codentify.^{20,21} Uma das organizações visadas pelo DCTA foi a INTERPOL, e a mesma aceitou 15 milhões de euros do PMI em 2011 e anunciou em 2012 que estaria trabalhando com o DCTA para tornar o Codentify acessível por meio de seu Registro Global.²¹ A estratégia da indústria ao promover o Codentify parece ser para controlar o sistema de rastreamento e monitoramento do contrabando de cigarros. Sendo assim, a indústria teria o controle do monitoramento de medidas globais anti-ilícitas, o que seria problemático tendo em vista o histórico de facilitação do contrabando de tabaco da IT.^{20,22} Além disso, o Codentify não é um sistema real de rastreamento e monitoramento, como previsto pelo Protocolo, uma vez que não atende aos padrões de vários de seus artigos que exigem informações sobre o processo da cadeia de abastecimento, incluindo data de embarque e destino e ponto de partida.^{20,22} Por fim, um dos objetivos do Codentify é abolir os selos fiscais controlados pelo governo, o que poderia tirar ainda mais a autoridade e o controle sobre a administração tributária dos governos para a IT.²²

2. Fazer lobby em nível global, regional e nacional para influenciar a implementação do Protocolo para Eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT).

O Protocolo para eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco baseia-se no Artigo 15 da CQCT e reconhece que a eliminação de todas as formas de comércio ilícito de produtos do tabaco é essencial para o controle eficaz do tabaco.¹⁹ A IT se apresenta como uma parceira na implementação do Protocolo e afirma, através de declarações públicas nos seus websites, o seu apoio ao combate ao comércio ilícito e à implementação do Protocolo.^{23,24} Entretanto, durante as negociações do Protocolo, a IT desenvolveu estratégias para minar a implementação das políticas do Protocolo,²⁵ como, por exemplo, o desenvolvimento e a promoção do Codentify. Ainda, após a adoção do Protocolo, a IT continuou publicamente declarando suas próprias ações para combater o comércio ilícito.²⁵ Assim, ao promover o Codentify e tentar controlar as informações referentes ao rastreio e monitoramento do comércio ilícito e, ao mesmo tempo tornar público o seu apoio à implementação do Protocolo mas também a sua suposta experiência independente no combate ao comércio ilícito, a IT transmite a ideia de que a ratificação do Protocolo não é uma medida essencial para eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco e tenta desviar a atenção das etapas necessárias para a

ratificação ou adesão e implementação do Protocolo.²⁵ Em nível nacional, este padrão se repete. Na figura 3, encontra-se a imagem dos patrocinadores de uma série de matérias do jornal Gazeta do Sul no Rio Grande do Sul, veiculado na região fumicultora, dando voz aos interesses da IT no Brasil durante as discussões da MOP2 do Protocolo do Comércio Ilícito realizada em Genebra em novembro de 2021.²⁶



Figura 3 - Patrocínio de cobertura da MOP/Protocolo do Comércio Ilícito pelo Jornal Gazeta do Sul (RS) por entidades que representam a IT e seus interesses

3. Financiar e promover estudos enviesados para ampliar a escala do contrabando

O comércio ilícito de produtos de tabaco é difícil de medir pela sua ilegalidade, o que acarreta complexidade na coleta de dados e análises.^{27,28} Além disso, os dados públicos sobre comércio ilícito de produtos de tabaco em muitos países são limitados e, em muitos casos, inexistentes.^{28,29} É nesse contexto que a IT tornou-se uma grande financiadora de dados sobre o comércio ilícito, muitas vezes encomendando relatórios que fornecem estimativas do comércio ilícito em uma determinada área geográfica.³⁰ Uma iniciativa com esta abordagem é a iniciativa global PMI IMPACT, lançada pela Philip Morris Internacional (PMI) em 2016, com o

objetivo de apoiar organizações a desenvolver e implementar projetos contra o comércio ilícito de produtos de tabaco e crimes relacionados.³¹ A finalidade da IT para financiar coletas de dados sobre o comércio ilícito e consequentemente apresentar estudos que erroneamente representam o tamanho do comércio ilícito é promover evidências, ainda que de baixa confiabilidade, que ajudem a combater políticas de aumento de impostos específicos sobre o tabaco ou contra a regulamentação de produtos derivados de tabaco.³²

4. Fazer lobby contra políticas de controle do tabaco em particular contra o aumento de impostos

A IT divulgou seu envolvimento em atividades destinadas a combater o comércio ilícito em diversos países, como seminários e workshops para funcionários do governo, especialmente do setor alfandegário,²⁵ financiamento de seminário para funcionários do Comitê Aduaneiro,²⁵ assim como a organização de uma conferência regional sobre comércio ilícito para funcionários do governo da Jordânia, Líbano, Síria e Iêmen.²⁵ Um tema comum ao quadro de informações apresentado nestes encontros é o papel que seria atribuído ao aumento de impostos como responsável pelo contrabando. Neste sentido, não só é disseminada informação enganosa sobre a relação do contrabando com os impostos que incidem sobre produtos do tabaco, como é feito também lobby sobre os governos para que reduzam impostos de produtos de tabaco como maneira de desestimular o comércio ilícito.

5. Usar órgãos de fachada para amplificar o impacto do contrabando na cadeia produtiva do fumo e no desemprego

A IT criou parcerias e projetos conjuntos com organismos internacionais como a Interpol e as Organizações Alfandegárias Mundiais (WCO), especialmente como parte dos esforços para promover suas soluções, entre elas o Codentify.²² Através dessas instituições, a indústria dissemina informações infladas da extensão do comércio ilícito, e com isto manipula os governos ao apresentar seus dados, além de buscar a imagem e a respeitabilidade de parceiros no enfrentamento do comércio ilícito de produtos de tabaco.^{17,25}

Combate ao comércio ilícito e estratégias de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) usadas pela IT no Brasil

O objetivo deste documento é analisar as estratégias de RSC no combate ao comércio ilícito usadas pela IT no Brasil.

Definições usadas

O presente documento usa a definição do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco e a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco sobre comércio ilícito, como "toda prática ou conduta proibida por lei relativa à produção, envio, recepção, posse, distribuição, venda ou compra, incluída toda prática ou conduta destinada a facilitar essa atividade."¹⁹ Entretanto, não existe consenso sobre a definição das categorias de comércio ilícito. O Banco Mundial, por exemplo, tem definido comércio ilícito em três categorias de produtos,¹ que são:

1. Contrabandeados: são produtos produzidos legalmente por um fabricante, mas desviados e vendidos ilegalmente em outro mercado.
2. Falsificados: são produtos que levam a marca de um fabricante, entretanto, sem o consentimento legal.
3. Brancos ilícitos: são produtos produzidos e tributados legalmente para consumo local ou não tributados para exportação que acabam sendo vendidos para comerciantes em outro país, onde são vendidos ilegalmente.

No Brasil, entretanto, o comércio ilícito é classificado de acordo com a legislação vigente Código Penal - Decreto-Lei n. 2.848/40, incluído pela Lei n. 13.008/14,³³ e leva em consideração a produção, distribuição e comercialização de produtos derivados do tabaco, apresentados em 5 categorias de contravenção:

1. Contrabando - Art. 334-A. Refere-se a importar ou exportar mercadoria proibida. A entrada de DEFs se caracteriza como contrabando. No caso dos cigarros, seriam em princípio, o contrabando dos produtos cujas marcas não são comercializadas no país de origem, que então estariam proibidas de serem importadas para o Brasil. Sua entrada, portanto, seria ilegal.
2. Descaminho - Art. 334. Caso sejam permitidas a importação e exportação, sem vedações legais, mas a operação ocorrer sem o devido pagamento de direito ou imposto pela entrada, saída ou pelo consumo da mercadoria.
3. Falsificação de tabaco - refere-se a uma forma de produção ilícita na qual os produtos manufaturados ostentam uma marca sem o consentimento de seu proprietário.
4. Irregulares - são derivados do tabaco produzidos por empresas aparentemente regulares ou importadores regulares, mas que não apresentam registro de dados cadastrais na ANVISA ou estão em desacordo com o registro existente.

Para fins deste documento, iremos trabalhar com a definição utilizada no contexto brasileiro.

A definição de RSC, por Bower (1957),³⁴ é proposta como a adoção de atitudes, posturas, decisões e valores que algumas empresas empregam, a fim de valorizar sua imagem perante a sociedade. No âmbito da IT, podemos classificar a RSC em três camadas: filantropia corporativa (financiamento de programas em regiões envolvendo contrabando); gestão de risco (oferta de um sistema de rastreio e monitoramento) e geração de valor (colocar-se como parceira no combate ao comércio ilícito de tabaco).³⁵ Sendo assim, a indústria tem aparentemente usado estratégias de RSC em três grandes abordagens:

1. Filantropia corporativa - a IT financia conferências, treinamento, pesquisa e polícia internacional e organizações anticorrupção visando associar seu nome a ações que pretendem acabar com o comércio ilícito de tabaco.³⁶
2. Gestão de risco - As empresas transnacionais de tabaco buscam controle dos mecanismos de monitoramento e localização da cadeia produtiva através da criação e promoção do sistema de rastreamento e localização. Por alegar ter interesse em controlar o sistema global de rastreio e localização com o objetivo de reduzir esse comportamento, a Philip Morris International (PMI) adaptou seu sistema de marcadores de embalagem, chamado Codentify, e licenciou-o sem custo para seus concorrentes que, subsequente, o promoveram coletivamente para governos usando grupos de fachada e terceiros.³⁶
3. Geração de valor - A IT busca ser vista como "parte da solução" no combate ao ilícito de produtos de tabaco e não como "parte do problema", como de fato é.³⁷ Portanto, ela posiciona-se como parceira chave na implementação do Protocolo de eliminação do Comércio Ilícito mas, na verdade, utiliza de várias estratégias para minar a implementação das medidas de controle do tabaco.³⁶

Metodologia

Este documento consiste em uma análise de publicações sobre comércio ilícito de produtos de tabaco disponíveis para pesquisa acadêmica (resumo, relatório, fichamento, artigo científico, resenha, monografia, etc), na mídia tradicional (rádio, televisão, jornais, panfletos, etc) e na mídia digital (redes sociais, blogs, canais do YouTube, e-mail, dentre outras), no período de 2009 a 2021. Para busca, foram utilizados os seguintes descritores: comércio ilícito OR contrabando; AND cigarros OR tabaco OR tabagismo; AND indústria do tabaco OR fumageiras OR indústria fumageira; AND responsabilidade social corporativa. Também foi utilizada a Lei de Acesso à Informação para buscar vínculos entre organizações e pessoas com a indústria fumageira no Brasil (Philip Morris International PMI, British American Tobacco - BAT, Japan Tobacco - JTI, China Tobacco, dentre outras) e suas relações com instâncias do governo, utilizando-se da estratégia de RSC com o intuito de promover os seus interesses.

Resultados preliminares

As empresas de tabaco facilitaram o contrabando de seus próprios cigarros por décadas. Documentos internos da empresa revelam que, na década de 1990, o contrabando era parte das estratégias de negócios das empresas de tabaco.³⁸ No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o envolvimento da indústria do tabaco no contrabando foi exposto, levando a investigações públicas, processos judiciais e publicidade que foram extremamente negativas para as empresas de tabaco. Usando uma ampla campanha de relações públicas, a indústria alegou que havia mudado e que agora era vítima, e não mais os responsáveis pelo contrabando de tabaco. Mas evidências atuais indicam que as empresas e tabaco continuam envolvidas no comércio ilícito de tabaco.³⁹

A indústria do tabaco parece continuar a se beneficiar do contrabando de produtos de tabaco porque:

1. As empresas de tabaco são pagas pelo produto, seja ele contrabandeado ou não. Em outras palavras, eles são pagos quando vendem para o distribuidor, independentemente de entrar no canal legal ou ilegal.
2. O preço médio do produto contrabandeado é menor do que o do produto legal, o que desencoraja a cessação, aumentando as vendas totais, principalmente as vendas entre os principais públicos-alvo do setor – os jovens e os menos favorecidos.
3. A indústria usa o contrabando como estratégia de entrada no mercado – onde as importações são restritas ou as tarifas são altas, ela contrabandea para evitar essas restrições e tarifas.

A União Européia (UE) promoveu ações contra várias fumageiras nos Estados Unidos, fundamentada na legislação que trata de crime organizado, extorsão e organizações corruptas. Em 2004, foi celebrado um acordo em que a Philip Morris se obriga a pagar cerca de US\$ 1 bilhão em 12 anos e a controlar o contrabando de cigarros através de uma série de medidas.⁴⁰ Nos anos seguintes acordos foram feitos com outras companhias. No entanto, evidências sugeriram que estes acordos têm servido mais para a indústria fumageira do que para a União Européia e a EU começou a encerrá-los.⁴¹

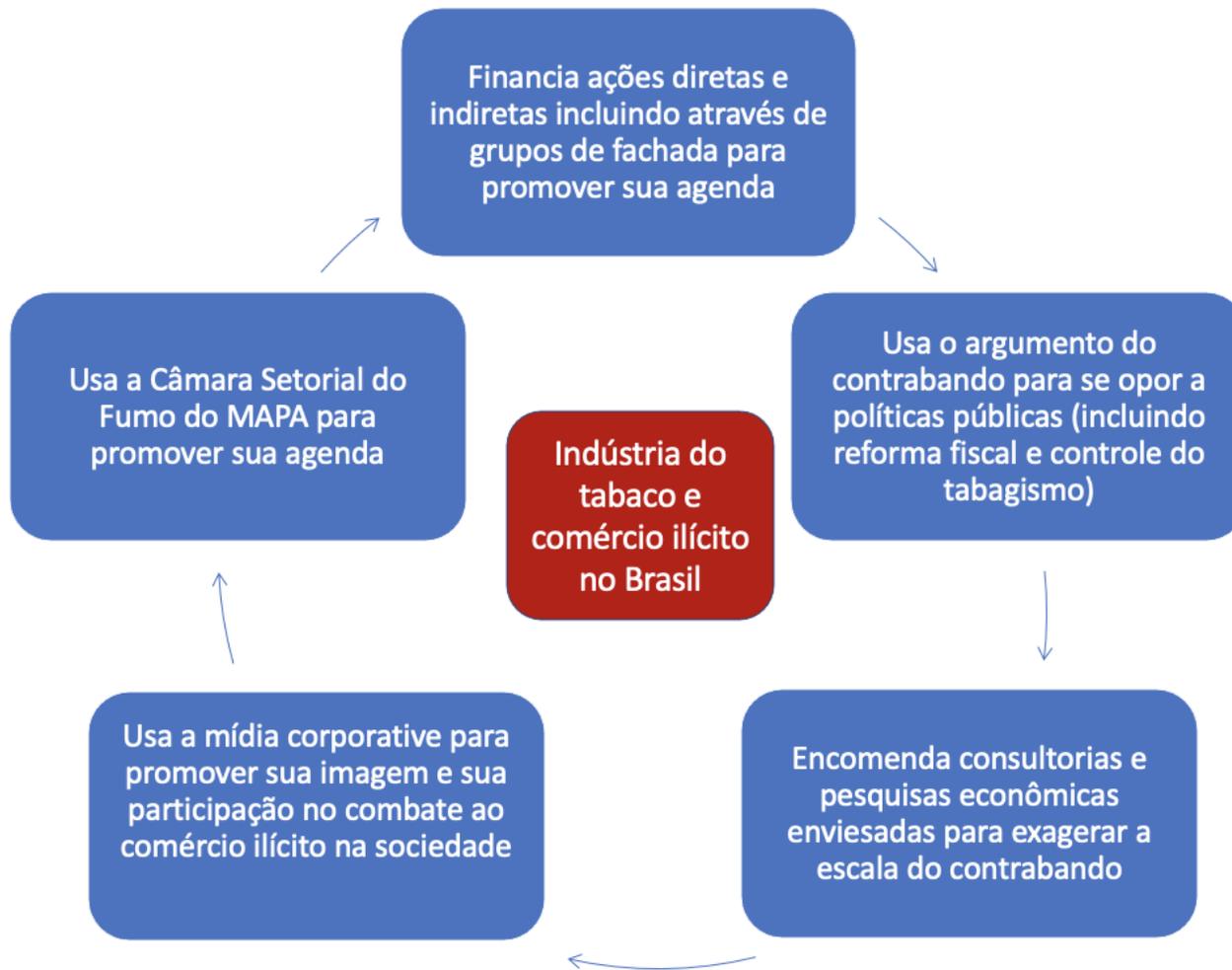
De acordo com um estudo com informações dos documentos internos da indústria do tabaco voltados para o Mercosul,⁴² existem evidências da longa cumplicidade das empresas transnacionais no comércio ilícito na região e do conseqüente crescimento da produção paraguaia. Quatro fases foram identificadas no comércio ilícito de tabaco envolvendo o Paraguai, a Argentina e o Brasil: 1) o Paraguai aparece como centro de trânsito para o contrabando de cigarros da BAT e PMI dos EUA para a Argentina e o Brasil (dos

anos 1960 a meados dos anos 1970); 2) a BAT e a PMI competiram por mercado no nordeste da Argentina (1989-1994); 3) A BAT e a PMI competiram por mercado no sul e sudeste do Brasil (meados ao final da década de 1990); e 4) ocorre o crescimento do comércio ilícito de cigarros manufaturados paraguaios (a partir de meados da década de 1990). O estudo conclui que o comércio ilícito foi semeado pelos transnacionais e que o sistema de oferta e demanda de marcas de menor preço desenvolvido pela indústria na década de 1990 criou uma oportunidade de negócios para a fabricação de cigarros no Paraguai.

A opinião pública governa o funcionamento das sociedades e, a IT dedica recursos financeiros consideráveis para tentar colocá-la a seu favor. A indústria está ciente de que a visão de milhões de pessoas, todos os dias, é influenciada pelos meios de comunicação em massa, incluindo o crescimento vertiginoso nos últimos anos da influência da mídia social. Como outras empresas, contrata escritórios de relações públicas e outros grupos para promover seu negócio letal, que são usados na tentativa de influenciar a mídia e a opinião pública a respeito de diversos aspectos do controle do tabaco e para obter apoio de pessoas que se opõem à 'intromissão' do governo nos negócios e na tributação de derivados de tabaco, instigando assim, visões gerais antirregulatórias e antigovernamentais.⁴³ Mesmo assim, estudos indicam que os padrões de ética e honestidade dos executivos da IT podem ser percebidos entre os mais baixos quando comparados com outros grupos de profissionais.⁴⁴

No caso do contrabando, a indústria espelha no Brasil as mesmas táticas internacionais descritas na Figura 3 conforme detalhado na Figura 4.

Figura 4: Como a indústria atua no Brasil na área do comércio ilícito



1. A IT financia ações diretas e indiretas através de grupos de fachada para promover sua agenda. Isto inclui o lobby direto e através dos grupos de fachada sobre o governo.⁴⁵ Podemos citar dois casos como exemplo do aparente lobby direto da indústria:

- Lobby pela redução de impostos - Em 2019, a iniciativa do Ministério da Justiça gerou protestos de organizações a favor do controle do tabaco, pela decisão de avaliar a conveniência e a oportunidade de reduzir a tributação de cigarros nacionais como forma de combater o contrabando - possivelmente favorável à IT - ⁴⁶ e, como decorrência foi criado pelo então ministro da Justiça Sérgio Moro e instituído pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), um Grupo de Trabalho através da portaria n. 263 de 29 de março de 2019 para avaliar a iniciativa.⁴⁷ O documento destinava-se a subsidiar a elaboração de políticas públicas para o enfrentamento ao contrabando. Apesar da pressão, o GT concluiu pela não efetividade da prática de reduzir a tributação de cigarros no Brasil e sugeriu, entre outras ações, a elaboração de projetos de leis que produzissem o aumento das penalidades aplicadas a contrabandistas. ⁴⁸ A análise produzida pelo grupo, com base na tributação de cigarros fabricados no Brasil, indicou melhorias à política fiscal e tributária do setor, incluindo medidas para a redução do consumo de cigarros estrangeiros de baixa qualidade e contrabandeados, que já ocupavam ilegalmente parte significativa do mercado nacional, conferindo danos à arrecadação tributária e à saúde pública.⁴⁹
- Lobby contra aumento de impostos - Em 23 de janeiro de 2021, o ministro da economia Paulo Guedes, em participação no Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), afirmou que o governo avaliava uma cobrança de tributos sobre cigarros, álcool e produtos com açúcar numa eventual proposta de reforma tributária a ser apresentada pela equipe econômica, ^{50,51} o que foi de encontro ao que prevê o Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, ¹⁹ instrumento da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT),⁵² ratificado pelo Brasil em 2018. A IT e seus grupos de fachada sempre tem se pronunciado a respeito, inclusive através de legisladores que defendem de maneira repetida a sua agenda.⁴⁵

2. A IT usa o argumento do contrabando para se opor a políticas públicas (incluindo a reforma fiscal e o controle do tabaco).

⁴⁵ **Em linhas gerais, a indústria torna público seu apoio ao Protocolo, mas não faz referência ao seu cumprimento e é parte de sua agenda ou da agenda de seus grupos de frente.** ⁵³

Uma das principais estratégias de marketing da IT se relaciona a transferência de responsabilidades. Ou seja, a indústria afirma não ser responsável pelos problemas que seus produtos causam à sociedade e se posiciona sempre como estando em busca de soluções para uma sociedade melhor. E o que nós sabemos é que esses argumentos são claramente uma falácia pois, a IT tem objetivos claros e simples: vender mais e lucrar mais. Mas, para isso, precisa convencer a população, os formuladores das leis e os formadores de opinião de que existe um responsável. A maneira mais oportuna que encontraram para tirar a responsabilidade dos danos que causam foi transferir essa responsabilidade a um inimigo a ser combatido: as políticas públicas e de regulação do governo.

Isto não é diferente quando se abordam políticas específicas. A política de preços dos maços de cigarros, por exemplo, que é alinhada ao Artigo 6 da CQCT,⁵² e coordenada pelo Ministério da Economia através da Secretaria da Receita Federal, é fortemente contestada pela indústria. A IT argumenta que as elevadas taxas de impostas, que incidem nos preços dos maços de cigarro, são um fator decisivo para que o fumante opte pelo cigarro ilegal ao invés do cigarro legal.⁵⁴ Segundo eles, essa medida só gera uma migração do fumante que fuma o cigarro legal para o consumo do ilegal. Para sustentar a tese de que os impostos cobrados pelos cigarros legais deveriam diminuir, a IT ainda promove que o governo não arrecada impostos dos cigarros ilegais, que segundo eles iriam gerar milhões de reais caso fossem colhidos de forma regular.

Outro argumento da indústria, quando se trata dos altos preços do cigarro legal em comparação com o ilegal é que, em um país com uma alta população de baixa renda como o Brasil, o cigarro ilegal é um forte atrativo para população.⁵⁵ Esse é um dos argumentos usados pelo instituto ETCO que é um dos grupo de fachada da IT, e que argumenta que o cigarro ilegal é uma porta de entrada para o cigarro legal, já que pode ser consumido com mais facilidade por jovens de baixo poder aquisitivo.⁵⁶ Com esses argumentos, ela busca convencer políticos, formuladores de lei e, principalmente, a opinião pública de que o cigarro legal mais barato é uma forma de controlar melhor quem tem acesso a eles e controlar também a qualidade do produto que essas pessoas estão consumindo.⁵⁷

A indústria também costuma transferir a responsabilidade para os contrabandistas de cigarros ilegais. Visto como um crime de menor grau pela sociedade e com penas relativamente brandas em comparação a outros crimes,⁵⁸ o contrabando, segundo a IT, se torna atraente para pessoas vulneráveis financeiramente e com pouco a perder e, baseada nisso, coloca a culpa no governo, já que o governo é quem não provê oportunidades equitativas de estudo e trabalho para a população, favorecendo esse tipo de desvio. O contrabandista, portanto, é uma vítima da sociedade, que encontra no contrabando uma maneira de ganhar a vida. Essa visão tira qualquer tipo de responsabilidade que possa vir a ser cobrada da indústria, já que ela diz ter como vontade ofertar produtos de menor custo, mas que é impedida pelas altas taxas de impostos cobradas pelo governo.⁵⁹

As fábricas clandestinas também são responsabilizadas pela indústria quando se fala em contrabando.⁶⁰ Por sonegar impostos, essas fábricas conseguem produzir cigarros falsificados por preços muito menores, o que os torna um atrativo para consumidores que querem pagar menos por um cigarro pretensamente legal. A indústria enxerga nessa ação uma maneira de competir com os cigarros legais, colocando assim a culpa no governo por não coibir esse tipo de ação e por tornarem a competição desleal em relação ao cigarro legal que eles produzem.

Quanto ao controle de quem pode ou não adquirir maços de cigarro, a indústria também coloca o produto ilegal como uma forma mais fácil de acesso aos jovens que estão se iniciando no tabagismo.⁶¹ Para IT, quem vende cigarros ilegais não está

preocupado com quem vai adquiri-los ou com as sanções que isso pode provocar para eles. Esses vendedores já estão na ilegalidade, então quem vai consumir, sejam jovens ou maiores de idade, não é um problema que terão que lidar. Sendo assim, o cigarro ilegal se torna um forte atrativo para aqueles jovens que se sentem amedrontados de irem em busca de cigarros legais, em locais legalizados e com vendedores que têm a perder com a venda do produto para menores.⁶²

Outra estratégia da indústria do tabaco que é costumeira é atribuir o aumento do contrabando a políticas públicas como, por exemplo, o projeto de lei que visa adotar a utilização de embalagens padronizadas de maços de cigarro.⁶³ Essa medida teve a Austrália como pioneira e entre 2010 e 2013, período em que entrou em vigor, as taxas de fumantes no país caíram 15%,⁶⁴ mais que o dobro da média entre as pesquisas realizadas desde 1991. Essa medida não apenas reduziu o apelo dos produtos do tabaco, como também aumentou a eficácia das advertências de saúde.

Mesmo com esse "case" de sucesso da Austrália e todos esses dados divulgados, a indústria insiste que essa medida fará do cigarro ilegal, com propagandas, mais atrativo para o fumante. Para IT, a falta de diferenciação entre as diferentes marcas de cigarro fará com que o consumidor opte pelo cigarro que determine a marca que ele está consumindo, pois isso gera status e se torna uma marca da personalidade do consumidor.⁶⁵ Os cigarros padronizados, portanto, abrirão as portas para que o consumidor busque uma alternativa que os possibilite acessar um produto diferenciado, com uma "cara" e um perfil determinado.

Os dados apresentados mostram que a IT sempre busca imprimir uma imagem de ser ilibada, de agir dentro da lei e de se preocupar com o retorno que está sendo dado para sociedade. No entanto, todas as ações divulgadas e cobradas do governo pela IT visam o seu maior lucro e são mascaradas com uma aura de preocupação com o povo. O objetivo deles é sempre tirar o foco da discussão e colocar o foco em temas que não irão realmente sanar os problemas que devem ser enfrentados. Enquanto isso, a indústria continua faturando com um negócio que não traz nenhum benefício real para a sociedade.

3. A IT encomenda consultorias e pesquisas econômicas com metodologia frouxa para mostrar que o contrabando cresce mesmo que isto não seja real

A indústria promove uma política de redução da taxa de baseada em dados de contrabando inflados. Ela superestima o tamanho do mercado ilegal para reforçar a ideia de sua relação direta com a escolha de aumentar impostos feita pela administração tributária. Estudo realizado sobre o tema mostrou que a estimativa da IT quando comparada com a estimativa com base em dados oficiais do volume de cigarros ilegais consumidos tem marcada diferença, chegando a ser de 30,2 bilhões de unidades maior em 2019.⁶⁶ O mesmo estudo mostrou que, o consumo de cigarros legais, calculado com dados oficiais, aumentou entre 2016 e 2019 (+7,8 bilhões), enquanto a indústria encontrou uma redução deste consumo (-9,5 bilhões).⁶⁶ O

estudo conclui que o crescimento da demanda por cigarros ilegais tem outros determinantes macrossociais que a indústria não considera, tal como o aumento da capacidade econômica de adquirir cigarros legais.

4. A IT usa a mídia corporativa para promover sua imagem e sua participação no combate ao comércio ilícito na sociedade.

Podemos citar dois exemplos:

- **O "Cigarro do Crime", documentário produzido pela Vice e dirigido pelo fotojornalista João Wainer:** esta produção, percorre o caminho do tabaco ilegal, desde as fábricas do Paraguai, até chegar ao consumidor final. No Brasil, esse documentário foi lançado em 2020 e financiado pelo Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), órgão de fachada da IT. O documentário, superestima os números do contrabando no país, critica o que consideram uma alta taxa de impostos do cigarro no Brasil, demanda uma força policial mais efetiva nas fronteiras, afirma que as perdas tributárias com cigarro ilegal já atingiram a faixa dos R\$ 50 bilhões e, por fim, diz que a conscientização da população é uma das principais soluções para sanar o problema do contrabando.⁶⁷ Ou seja, mais uma vez, a IT passa a ideia de não ter nenhuma parcela de responsabilidade na questão do contrabando e transfere o problema sempre para outrem. No documentário ainda há a participação de personagens atuantes e de relevância em suas áreas como o jornalista Mauri König e o ex-capitão do Bope Rodrigo Pimentel, que ficou conhecido por inspirar o personagem Capitão Nascimento, do filme "Tropa de Elite", além de ter atuado como comentarista de segurança na Rede Globo.
- **Criação do "Dia nacional de Combate ao Contrabando" (3 de março) desvinculado da agenda de combate ao contrabando do governo.** Institutos ligados à IT, sozinhos, definiram o dia 3 de março como o Dia Nacional de Combate ao Contrabando, sem correlação com qualquer outra data em que haja campanhas na área da saúde pública.¹⁷ Entre esses atores podemos citar a Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) e o ETCO, que junto à Frente Nacional de Combate à Pirataria, circulam em ambientes de influência nos três poderes. Além deles, também faz parte dessa articulação o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) que oferece os questionáveis números sobre a dimensão do mercado ilegal e tem sede em Foz do Iguaçu, município palco do contrabando na fronteira com o Paraguai.⁶⁸

5. A IT usa a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para promover sua agenda

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi criada pela Portaria nº 231, de 10 de setembro de 2004, foi posteriormente extinta pela Portaria nº 25 de 2006, sendo recriada e tendo sua composição modificada na portaria 60 de 2009 do MAPA.⁶⁹ É constituída por 38 representantes de órgãos e entidades ligados ao setor do tabaco e presidida por representante da IT. Os dois primeiros grupos de trabalho criados pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo, assim que foi instalada, foram os grupos temáticos sobre o contrabando e sobre a CQCT, mostrando claramente seus maiores objetivos. Apesar das Câmaras Setoriais do MAPA terem como princípio servirem como fórum de interlocução com o governo visando contribuir nas políticas públicas,⁷⁰ a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo tem usado a câmara temática do MAPA para se opor às políticas públicas de controle do tabagismo.⁷⁰ Sua agenda se contrapõe frontalmente à implementação da CQCT alegando que "A ratificação do Brasil à Convenção-Quadro, apesar das promessas do governo, constitui um dos grandes percalços para o desenvolvimento do país."⁷¹ Neste sentido, a Câmara estabelece como uma de suas prioridades "Evitar novos ataques antitabagistas internos e externos."⁷¹ Na área de contrabando, em que pese a prioridade em "Controlar mais eficientemente o contrabando e a falsificação de cigarros,"⁷¹ está associada a proposta de congelamento na política de impostos e preços "Não aumentar nem criar novos impostos ou taxas." A Câmara prefere atuar através de "audiências com autoridades federais, estaduais e municipais, com o intuito de expor a problemática do comércio ilegal de cigarros"⁷¹ e fazer "parcerias com prefeituras, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Secretaria da Receita Federal"⁷¹ sem levar em conta as obrigações legais do Brasil como Parte do Protocolo de Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco.⁷¹

Algumas estratégias usadas recentemente pela indústria via câmara setorial do tabaco incluem:

- Críticas à Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle Do Tabaco (Conicq) - Afirma que a Conicq não deveria existir e que "ao longo de mais de 15 anos de funcionamento, a comissão teve a oportunidade de implementar os artigos previstos na Convenção-Quadro" e que "a grande maioria" deles já estaria implementada no Brasil.⁷²
- Extinção da Conicq - A comissão foi extinta no início da gestão do presidente Jair Bolsonaro, através do Decreto nº 9.759, de 2019, revogado pelo Decreto.⁷³ Decreto esse que foi assinado por Fernando Schwanke, que comandou Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do MAPA no início do governo Bolsonaro (até 1 de julho de 2021). Schwanke é também

ex-prefeito de Rio Pardo, cidade expoente na produção de fumo no Rio Grande do Sul, e tem uma filha que é funcionária da Philip Morris Brasil.⁷⁴

- Críticas à adoção de medidas relacionadas a aumento de preços e impostos para cigarros – É importante ressaltar que este ponto está paralisado no país desde 2016, o que tem gerado críticas ao Brasil. Segundo relatório do Banco Mundial, de 2020, nos falta consistência no "front fiscal."⁷²
- Atuação na COP 9 - Fernando Schwanke afirmou, em fevereiro de 2020, que o Ministério da Agricultura defenderia a produção de tabaco na COP 9: "É consenso a defesa da produção primária do país e o tabaco vai ser tratado como o milho, a soja, o algodão e a cana-de-açúcar", declarou.⁷²

Principais atores envolvidos na promoção da agenda da IT voltada para o contrabando

Uma maneira muito usada pelo mundo empresarial para influenciar a opinião pública ocorre através de estratégias de RSC, também conhecida como "investimento social". Ainda que as atividades de RSC em muitos setores reflitam um compromisso honesto de comportamento ético e contribuição ao desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo melhorando a qualidade de vida dos funcionários, da comunidade local e da sociedade, para a IT é uma estratégia aparentemente usada apenas em seu próprio favor. As atividades de RSC da IT podem incluir campanhas ineficazes de prevenção do fumo entre adolescentes, as quais permitem que a indústria se apresente como 'importando-se' com os jovens, para quem também vendem seus produtos letais. A indústria se empenha arduamente para apoiar programas sociais direcionados a produtores de tabaco e seus filhos, além de causas sociais inusitadas em relação à sua atividade-fim, como programas para combater a violência doméstica contra mulheres, esforços de ajuda humanitária e causas e grupos ambientais.⁷⁵

O mesmo pode ser verificado nas abordagens da indústria sobre a questão do contrabando. Da mesma maneira que vimos no documento sobre as estratégias de RSC da indústria voltada para a promoção de Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs),⁷⁶ vários atores estão envolvidos na promoção da agenda da indústria ou repercutindo seus argumentos (Figura 5).

Figura 5: Principais atores envolvidos na promoção da agenda voltada para o contrabando da IT.

- 1** *Organizações voltadas para combater o comércio ilegal*
- 2** *Representantes da indústria fumageira*
- 3** *Políticos que defendem a agenda da indústria fumageira*
- 4** *Representantes dos produtores e dos trabalhadores da cadeia produtiva do tabaco*
- 5** *Profissionais da academia envolvidos em projetos da indústria fumageira*
- 6** *Profissionais da mídia que promovem argumentos da indústria fumageira*
- 7** *Policiais que usam os argumentos da indústria fumageira*

As Tabelas apresentadas a seguir, trazem alguns dos principais atores envolvidos na promoção da agenda da IT ou defendendo seus argumentos. Eles vão desde as organizações especialmente criadas para combater o comércio ilegal até policiais que percebem o contrabando sob a ótica da IT, passando pelos representantes da indústria, políticos que a defendem, representantes dos produtores e trabalhadores da cadeia produtiva, acadêmicos e profissionais da mídia.

A Tabela 1 inclui as principais organizações brasileiras financiadas pela IT e/ou que representam publicamente seus interesses na agenda de combate ao comércio ilegal.

Tabela 1**Organizações voltadas para combater o comércio ilegal que representam os interesses da IT**

Organizações	Website	Tema	Observações
Fórum Nacional contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP)	http://www.fncp.org.br/forum/associados	Comércio Ilícito e Pirataria	Promovem os interesses da indústria e contam com o mesmo presidente (Edson Vismona)
Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO)	https://www.etco.org.br		
Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade (IBDC)	http://www.institutobrasillegal.org.br		
JHM Pesquisa	https://jhmpesquisa.com	empresa de pesquisa e consultoria especializada em economia ilícita	Patrocinado pela PMI Impact
USP Vida	https://www5.usp.br/uspvida/	Comércio Ilícito e Pirataria	Patrocinado pela PMI Impact
Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie de São Paulo	https://www.mackenzie.br/universidade/unidades-academicas/fd	Comércio Ilícito e Pirataria	Patrocinado pela PMI Impact
Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de	https://www.idesf.org.br/quem-somos/	Comércio Ilícito e Pirataria	Promove os interesses da indústria

Fronteiras (IDESF)			
Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)	https://abrasei.com.br/abrasei/	Comércio Ilícito e Pirataria	Promove os interesses da indústria

Quando se trata de empresas de fachada que atuam para amenizar a questão do comércio ilícito no Brasil, o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) tem um grande destaque.⁷⁷ Fundado em 2003, o ETCO é mantido por um grupo de empresas da área do fumo, refrigerantes, cervejas e combustíveis, e divulga ter como missão combater o que consideram como concorrência desleal e defesa da livre iniciativa.⁷⁷ Seu objetivo é divulgar dados periodicamente, através de pesquisas ibope inteligência, visando retratar um consumo exponencial do cigarro ilegal. A mensagem subjacente é a de que o motivo de isso ocorrer se deve ao menor preço do produto contrabandeado em comparação com o legal, sobre o qual recaem impostos como IPI (imposto sobre produtos industrializados) e ICMS (impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços).⁷⁸ Esses dados são costumeiramente ecoados pela indústria com o intuito de promover a redução do preço do cigarro legal, que tem aumentado nos últimos anos frutos de políticas públicas no Brasil, uma medida tida como uma das principais formas de combate ao tabagismo da atualidade,⁷⁹ além de sua relevância como ferramenta de desenvolvimento sustentável através da arrecadação de impostos dedicados.

Além da ETCO, outras duas empresas também atuam com o objetivo de divulgar dados que promovem a agenda da indústria e procuram passar a imagem de que visam o bem da sociedade. Uma delas é o Fórum Nacional contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP),⁸⁰ uma associação civil sem fins lucrativos, que declara ter como missão "unir esforços entre empresas, entidades representativas dos setores produtivos, governo e sociedade no combate à ilegalidade."⁸⁰ A outra é o Instituto Brasil Legal (IBL),⁸¹ que diz ter como função "monitorar o mercado, identificar práticas ilegais que prejudicam o consumidor, a competitividade e o erário, em convergência com o interesse público."⁸⁰ Por coincidência, ambas as empresas têm como presidente Edson Vismona, também presidente da ETCO, mostrando uma convergência de abordagens e interesses.

Dados oficiais de órgãos do governo federal, analisados por pesquisadores do Instituto Nacional do Câncer (INCA) colocam em xeque os dados e projeções dessas empresas e desenham o cenário oposto.⁸² Isso deixa claro que essas organizações têm como objetivo confundir a sociedade, pois distorcem os dados a fim de passar uma imagem que o baixo preço do cigarro legal seria algo benéfico para sociedade, por desestimular o consumo do cigarro ilegal e por continuar arrecadando impostos para o governo que os ilegais não proporcionam. Plantando isso na mente não só da sociedade, mas como dos formuladores da lei e dos principais formadores de opinião, a indústria obtém uma importante vantagem no discurso de controle do contrabando de cigarros ilegais.

Independente de haver dados que contrapõem esses divulgados pela indústria, a divergência minimamente planta uma dúvida na cabeça das pessoas e a dúvida sempre foi um grande aliado da mesma na busca pela aceitação de seus produtos.

Outra estratégia da IT para passar uma imagem de sensibilidade à temas de relevância social é o programa PMI IMPACT, iniciativa global da Philip Morris International, que se propõe a apoiar projetos que visam reduzir ou prevenir o comércio ilegal e combater suas consequências negativas para os indivíduos, suas famílias e comunidades.⁸³ Um projeto da PMI Impact financiado no Brasil estabelece o acordo de cooperação entre o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) e o Ministério da Justiça,⁸⁴ e deu início a um programa de capacitação voltado às polícias de Brasil, Paraguai e Argentina que atuam na Tríplice Fronteira, região conhecida como foco de atuação do crime organizado. O projeto teve participações de representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Instituto de Relações Internacionais da USP e da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie de São Paulo, e foi um dos dois trabalhos brasileiros escolhidos na ronda 2, entre 29 iniciativas originárias de outros 22 países da Europa, Europa Oriental, Oriente Médio, Ásia, Américas do Norte e do Sul.⁸⁵

O outro projeto contemplado pelo PMI IMPACT no Brasil na segunda ronda foi o “Censo de Mercados Ilícitos”, desenvolvido pela empresa de pesquisa e consultoria especializada em economia ilícita JHM Pesquisa.⁸⁶ A empresa recebeu recursos para realizar um censo de mercado ilícito em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul com o objetivo de desenvolver uma plataforma de dados qualitativos, quantitativos e espaciais sobre crimes relacionados ao comércio ilegal, além de dados socioeconômicos das regiões onde esses ilícitos acontecem,⁸⁷ seria possível mapear as principais atividades criminosas relacionadas aos pontos de entrada de produtos ilícitos, as rotas de abastecimento e os locais de distribuição desses itens na região entre a Tríplice Fronteira e o Estado de São Paulo.⁸⁸ Os dados gerados, no entanto, oferecem informações de interesse da indústria, desde a formulação à avaliação de políticas públicas, para que o setor privado possa desenvolver suas próprias estratégias de atuação e exploração do problema.

O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) também pode ser classificado como uma instituição de fachada que propaga as ideias da indústria com um discurso que visa o bem da sociedade pois, se auto intitulam uma instituição civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Foz do Iguaçu (PR), que tem como objetivo a criação de mecanismos para promover igualdade, integração e desenvolvimento das regiões fronteiriças.⁸⁹ Segundo eles, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, de estudos, ações e projetos, o IDESF proporciona o envolvimento de diferentes atores de áreas como política, economia, educação, saúde e segurança pública, nas iniciativas em prol da melhoria das condições nas áreas de fronteira, contribuindo dessa forma com a prosperidade e a soberania nacional.⁸⁹ Repetindo o discurso da indústria, eles dizem que a elevação do fluxo de pessoas e de mercadorias, características da contemporaneidade, amplia a necessidade de atenção especial às áreas de

fronteiras. Não somente por questões de segurança, eles dizem que o desenvolvimento dessas regiões modifica seu perfil de ilícitos, os quais trazem prejuízos para toda a sociedade brasileira.

Outra associação que podemos citar que é uma antiga aliada da indústria é a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).⁹⁰ Eles dizem representar e desenvolver o setor de alimentação fora do lar, contribuindo para um Brasil mais simples de se empreender e melhor para se viver,⁹¹ no entanto, estão sempre propagando ideias de interesse da indústria e participando de audiências para pressionar entidades públicas visando a liberação de produtos fumígenos e aprovação de leis que favoreçam a IT. Presidente-executivo da Abrasel, Paulo Solmucci dá declarações contundentes quando se trata de contrabando no Brasil, sempre em favorecimento da IT: "É uma questão gravíssima, um crime que vemos todos os dias nas nossas portas. E nos incomoda sobremaneira, tirando dinheiro de quem paga imposto e luta para manter seus negócios." ⁹²

Com todos esses exemplos, fica evidente que a IT não mede esforços para promover sua agenda para que seus produtos sejam aceitos na sociedade. A utilização de empresas de fachada, que se utilizam de propósitos sociais para mascarar reais intenções é uma prática comum da IT. A única forma de coibir esse tipo de ação é a informação, pois onde não há saber, não há interesse na verdade. Cabe, portanto, estarmos sempre atentos às manobras perpetradas pela indústria e a contraposição desses argumentos errôneos que só fomentam a propagação de inverdades e a desinformação.

A Tabela 2 identifica os principais representantes da IT que defendem seus interesses na agenda de combate ao comércio ilegal.

Tabela 2
Representantes da IT

Nome	Empresa	Link	Vínculo
Delcio Sandi	Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Souza Cruz	http://olajournal.com.br/bat-brasil-aponta-revisao-do-sistema-tributario-para-enfrentamento-do-contrabando-de-cigarros/	Membro da indústria
Flávio Goulart	Diretor de Assuntos Corporativos e	https://www.gaz.com.br/combate-a	Membro da indústria

	Comunicação da JTI	o-mercado-ilegal-exige-reducao-dos-tributos/	
Liel Miranda	Presidente da Souza Cruz	https://www.istoedinheiro.com.br/souza-cruz-apaga-o-cigarro/	Membro da indústria
Rinaldo Zangirolami	Vice-presidente jurídico da Souza Cruz	https://www.legisweb.com.br/noticia/?id=22165	Membro da indústria
Rui Duarte	Gerente de Assuntos Fiscais da Philip Morris Brasil	http://olajornal.com.br/contrabando-de-cigarros-e-o-preco-pago-pelo-brasil-por-seguir-acordos-internacionais/	Membro da indústria

Quando se fala em contrabando, membros do alto escalão da IT estão sempre se pronunciando (Tabela 2). O objetivo é mostrar que essas empresas estão comprometidas em agir contra esse mal que atinge a nossa sociedade. Com declarações contundentes, esses profissionais da indústria procuram disseminar ideias que retiram deles qualquer responsabilidade sobre o contrabando. Os culpados são sempre as organizações criminosas, que agem fora da lei, os legisladores, que impõem altas taxas para os produtos legais vendidos pela indústria, e o governo, que não atua de forma contundente ao buscar coibir esse comércio que atinge as fronteiras brasileiras.¹⁴

Esses profissionais da indústria estão sempre procurando transparecer um ar de preocupação com o país e com as políticas públicas que irão influenciar na vida do cidadão brasileiro. No entanto, suas propostas contra o contrabando sempre envolvem outros âmbitos que excluem suas responsabilidades sobre o tema. Estão sempre sugerindo que os legisladores deveriam rever as taxas de impostos dos produtos legais, pois acreditam que isso torna a competição desleal com os cigarros ilegais e que leva a população a optar pelo produto contrabandeado. Propõem cursos que preparem os policiais da fronteira para agirem de forma correta quando lidarem com os contrabandistas. E, por fim, colocam a culpa nos contrabandistas que, segundo eles, encontram um mercado sedutor para atuar e se beneficiar das leis frouxas impostas a eles.

Como fica claro, a transferência de responsabilidade é o principal método de atuação dos profissionais que atuam na IT. Nunca serão responsáveis nem terão a função de adotar medidas que contribuam para diminuição do contrabando. Para embasar suas teses, a indústria passou a colocar profissionais da área jurídica e de assuntos fiscais também para se posicionarem e para expor

o que acreditam ser o caminho correto para lidar com o contrabando no Brasil. Dois profissionais que representam a indústria e que atuam nessas áreas são Rinaldo Zangirolami, vice-presidente jurídico da Souza Cruz, atual BAT Brasil, e Rui Duarte, gerente de assuntos fiscais da Philip Morris Brasil.

Como podemos perceber, a indústria está sempre se posicionando quando se trata de assuntos que tangem as suas responsabilidades e os seus negócios. Para isso, os seus principais representantes estão sempre dando declarações na mídia e imprensa os ausentando de responsabilidades e transferindo para outrem. Essa é uma maneira eficaz de passar o recado para a opinião pública de que eles gostariam de solucionar o problema do contrabando, porém, essa questão não está nas mãos da indústria. Segundo a IT, cabe a eles somente cobrar uma resposta das autoridades e apoiar ações que combatam o contrabando. Ações pontuais da indústria, no entanto, não são postas em prática. Enquanto isso, o contrabando continua agindo de forma eficaz e ganha mercado a cada dia que passa.

A Tabela 3 lista os políticos que defendem os interesses da IT na agenda de combate ao comércio ilegal.

Tabela 3: Políticos que defendem a agenda anti comércio ilícito da IT

Nome	Empresa	Link	Vínculo
Abimael do Valle	Prefeito de São João do Triunfo (PR) e Vice-presidente da Amprotabaco	https://www.gaz.com.br/nova-diretoria-toma-posse-na-amprotabaco/	Defende os interesses da indústria
Dalvi Soares	Prefeito de Dom Feliciano (RS) e Vice-presidente da Amprotabaco	https://www.gaz.com.br/amprotabaco-amplia-debate-sobre-contrabando-de-cigarros/?amp=1	Defende os interesses da indústria
Eduardo Leite	Governador do Rio Grande do Sul	https://www.gaz.com.br/leite-diz-a-regiao-que-apoia-a-venda-e-a-fabricacao-do-cigarro-eletronico/	Defende os interesses da indústria
Gervásio Maciel	Prefeito de Ituporanga (SC) e Vice-presidente da Amprotabaco	https://www.gaz.com.br/nova-diretoria-toma-posse-na-amprotabaco/	Defende os interesses da indústria
Giovane Wickert	Prefeito de Venâncio Aires e	https://www.gaz.com.br/lideres-da-r	Defende os interesses da indústria

	representante da Amprotabaco	egiao-debatem-projeto-antitabagismo-em-brasilia/	
Heitor Schuch	Deputado Federal (PSB) e Presidente da FPAF	https://www.gaz.com.br/o-contrabando-vai-aplaudir-de-pe-diz-heitor-schuch-sobre-novo-imposto/	Defende os interesses da indústria
Helena Hermany	Prefeita de Santa Cruz do Sul (RS) e Vice-presidente da Amprotabaco	https://www.gaz.com.br/nova-diretoria-toma-posse-na-amprotabaco/	Defende os interesses da indústria
Luis Carlos Heinze	Senador (PP)	https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/06/importando-crime-exportando-empregos.shtml	Defende os interesses da indústria
Marcelo Moraes	Deputado Federal (PTB)	https://ptb.org.br/marcelo-moraes-critica-proposta-do-governo-de-aumento-de-impostos/	Defende os interesses da indústria
Marcos Vinícius Pegoraro	Prefeito de Canguçu (RS) e Presidente da Amprotabaco	https://www.gaz.com.br/nova-diretoria-toma-posse-na-amprotabaco/	Defende os interesses da indústria

Uma forma de atuação muito utilizada pela IT é o lobby de políticos para que sejam levantados temas de seu interesse e para que projetos de lei sejam debatidos visando o benefício das empresas que produzem cigarros. Essa forma de atuação não é algo atual e, quando se trata de contrabando, vem crescendo desde a década de 90.⁹³ Resumidamente, alguns políticos parecem ter apoio logístico e financeiro da IT, e em contrapartida, atuam atendendo aos interesses da IT, ao disseminarem ideias recorrentes quando se trata de argumentos da indústria com relação ao contrabando. Eles sugerem diminuição de taxas de impostos para os cigarros legais, se mostram preocupados com a entrada de produtos ilegais nas fronteiras do país e alegam que as leis brasileiras que encarecem os maços de cigarro no Brasil fomentam o contrabando no país.⁹⁴ Essa pressão feita por políticos atuantes, principalmente os que representam as principais áreas produtoras de tabaco no país, tem o intuito de desestabilizar o sistema e colocar a IT como um setor produtivo benéfico para sociedade e que visa o bem-estar geral da população.

Dentre os principais políticos defensores da indústria atualmente, podemos citar os deputados federais Marcelo Moraes (PTB)⁹⁵ e Heitor Schuch (PSB),⁹⁶ além do senador Luis Carlos Heinze (PP).⁹⁷ Todos eles têm atuação incisiva quando se trata dos interesses da indústria e aparecem constantemente na mídia defendendo leis e projetos que beneficiem as empresas produtoras de cigarros.⁹⁸ Schuch, por exemplo, além da sua atuação como deputado também é presidente da Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar do Brasil (FPAF), que tem o objetivo de fortalecer o setor fumageiro e servir de mediadora entre entidades da sociedade civil e o Congresso Nacional.⁹⁹

Considerando lobby político, é importante citar também a Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco).¹⁰⁰ Segundo eles, o objetivo da Amprotabaco é unir os prefeitos dos municípios produtores na defesa do setor diante das ameaças representadas por outras instâncias governamentais e por movimentos antitabagistas.¹⁰⁰ O propósito da Associação é, portanto, dar voz aos dois principais agentes da cadeia produtiva do tabaco, que são os produtores e as empresas. Eles visam ser um braço político em Brasília, defendendo o setor junto ao Congresso Nacional, levando suas demandas e demonstrando a capacidade do tabaco de gerar uma boa renda.

Quando falamos em visibilidade e em nomes de peso que defendem a indústria no meio político, o principal deles é o do atual governador do estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Governante do maior estado produtor de tabaco do Brasil.¹⁰¹(AGROLINK, Quase 50% dos municípios da Região Sul do Brasil produzem tabaco), Leite está constantemente se reunindo com os representantes da indústria do tabaco e é uma importante voz quando se fala nos interesses da mesma.¹⁰² Como contrapartida, o político contava com a ajuda da IT para ser um dos candidatos à presidência do Brasil em 2022, o que acabou não ocorrendo.¹⁰³

Com tudo que foi falado e citado, pode-se perceber que o lobby político é uma prática forte, antiga e recorrente. As ideias e argumentos da indústria acabam se entranhando na política brasileira e cooptando inúmeros políticos atuantes para disseminarem inverdades e plantarem uma dúvida na opinião pública. Enquanto isso não for coibido, enquanto esses políticos não forem desmascarados, essa prática permanecerá sendo uma forte aliada da IT em busca dos seus objetivos e anseios. Para que isso não ocorra, há que se lutar por mais transparência. A verba arrecadada por políticos para suas campanhas há de ser de conhecimento público, por exemplo. Só assim poderemos esperar que haja um pouco mais de justiça nessa briga que está longe de terminar.

A Tabela 4 lista representantes dos produtores e dos trabalhadores da cadeia produtiva do tabaco que defendem os interesses da IT na agenda de combate ao comércio ilegal.

Tabela 4: Representantes dos produtores e dos trabalhadores da cadeia produtiva do tabaco

Nome	Empresa	Link	Vínculo
<i>Carlos Joel da Silva</i>	<i>Presidente da Fetag/RS</i>	https://www.gaz.com.br/com-reforma-tributaria-contrabando-pode-tomar-90-do-mercado-alerta-entidade/	<i>Diz que o prejuízo com o contrabando é maior que a arrecadação de impostos com os cigarro legais</i>
<i>Gedeão Pereira</i>	<i>Presidente da Farsul</i>	https://www.gaz.com.br/com-reforma-tributaria-contrabando-pode-tomar-90-do-mercado-alerta-entidade/	<i>Faz pressão política junto à Câmara e ao Senado para a derrubada do aumento dos impostos sobre o cigarro legal</i>
<i>Gualter Baptista Júnior</i>	<i>Presidente da Fentifumo</i>	http://olajournal.com.br/proposta-do-governo-de-reforma-tributaria-dever-a-fechar-postos-de-trabalho-na-industria-do-tabaco/	<i>Defende os interesses da indústria</i>
<i>Iro Schünke</i>	<i>Presidente da SindiTabaco</i>	http://www.sinditabaco.com.br/todos-perdem-com-o-contrabando/	<i>Defende os interesses da indústria</i>
<i>Romeu Schneider</i>	<i>Presidente da Afubra e Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco</i>	http://olajournal.com.br/camara-setorial-do-tabaco-defende-atuacao-em-diferentes-frentes-no-combate-ao-contrabando/	<i>Defende os interesses da indústria</i>

Entre os principais aliados da IT na busca pela aceitação de seus produtos e pela disseminação de suas ideias estão os representantes dos produtores e dos trabalhadores da cadeia produtiva do tabaco. Com objetivos em comum, a indústria e os representantes procuram sempre manter seus discursos alinhados. E no caso do contrabando, isso não é diferente. Membros de instituições que representam os trabalhadores da área estão sempre fazendo declarações na mídia que corroboram com as teses levantadas pela IT. Além disso, são atuantes quando se trata de pressionar políticos e legisladores para tomarem decisões favoráveis à IT. Em audiências públicas, sempre há representantes dos trabalhadores apresentando suas perspectivas e cobrando medidas que compactuam com os interesses da indústria.¹⁰⁴

Nessa seara, podemos citar diversas instituições que se destacam por atuarem na luta dos interesses da IT, como a Fetag-RS, fundada em 1963 e que traz em sua história uma bagagem de lutas em prol da agricultura e pecuária familiar. Oriunda da Frente Agrária Gaúcha (FAG), que iniciou a mobilização de agricultores para a formação de entidades de representação no Estado, sendo, portanto, a mola propulsora para a criação da Federação.¹⁰⁵ A Fetag tem como presidente e porta-voz o Sr. Carlos Joel da Silva que tem se mostrado favorável à diminuição do consumo de tabaco e diversificação do plantio, mas diz ser contra a erradicação da cultura fumageira. Segundo ele, a restrição do plantio acarreta no aumento do contrabando: "A grande conquista é que em vez de erradicar, se diversifica; e, ao contrário de trabalhar a redução do plantio, o governo vai centralizar o foco na diminuição do consumo. Os malefícios à saúde serão atacados através de programas para as pessoas deixarem de fumar. Enquanto se restringe o plantio, aumenta o contrabando e o que é muito pior em função da procedência."¹⁰⁶

Já o presidente da câmara setorial do tabaco e presidente da Afubra, Romeu Schneider prefere dizer que os altos custos do cigarro legal em comparação com o ilegal é um incentivo que o governo dá para que as pessoas optem pelos cigarros ilegais e contribuam com o contrabando: "Uma carteira de cigarro hoje tem o preço médio de R\$ 7,51. O mercado ilegal está vendendo por R\$ 3, 44. Não tem como competir."⁹⁹ Já para o presidente da Fentifumo, Gualter Baptista Júnior, o contrabando é um dos principais problemas que eles enfrentam, pois gera prejuízo ao governo, que arrecada menos impostos, e reflete de forma negativa no mercado de trabalho: "Os trabalhadores, as indústrias, todos perdem. Todos aqueles que são legalmente constituídos perdem com o contrabando, é prejudicial para o setor como um todo, e isto precisa ser combatido."¹⁰⁷

Gedeão Pereira, presidente da Farsul, é outro que critica arduamente o contrabando e coloca o governo como grande vilão nessa história. A Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) foi construída por meio da união da classe agrícola gaúcha com o objetivo de representar e defender os interesses do produtor rural.¹⁰⁸ A federação é conhecida especialmente pela sua participação nos principais momentos políticos que envolvem o setor primário da economia gaúcha, como os que envolvem a produção de tabaco. Um desses momentos ocorreu quando, em 2020, o governo federal apresentou uma proposta de elevar a carga de imposto sobre o maço de cigarro a 115% do valor de mercado daquele momento. Gedeão foi contrário e fez questão de reforçar a necessidade de mobilização conjunta de todas as entidades voltadas para produção de tabaco e falou da importância de fazer pressão política junto à Câmara e ao Senado para a derrubada da proposta.⁹⁹

Quem também nunca deixa de participar das discussões quando se trata da questão do contrabando de cigarros é o presidente da SindiTabaco, Iro Schünke. Para ele, o mercado ilegal prejudica a indústria nacional pagadora de impostos e submetida aos rígidos controles sanitários dos órgãos brasileiros e sacrifica o emprego dos trabalhadores: "O contrabando representa uma

ameaça significativa para toda a sociedade porque financia outras atividades criminosas, como o tráfico de drogas e armas. Por ser um problema complexo, o mercado ilegal de cigarros deve ser enfrentado com iniciativas diversas e complementares, como o fortalecimento das autoridades de combate e repressão, maior controle de fronteiras e severidade de penas aos infratores. Também é preciso que haja a conscientização de que medidas regulatórias excessivas e altos impostos contribuem para o crescimento da ilegalidade".¹⁰⁹ A fala de Schünke é um resumo de como a indústria age quando se trata de contrabando. Os seus ganhos, que são a principal razão para que eles estejam sempre opinando sobre esse assunto, nunca parecem ser a causa que os move. É assim que eles sempre agiram e é assim que pretendem continuar agindo. A única forma de combater essa dissimulação é lutar por leis mais severas e divulgar dados reais sobre o tema.

A Tabela 5 lista profissionais vinculados a universidades ou institutos de pesquisa que são financiados pela IT para realizar pesquisas e estudos que defendem os interesses da mesma na agenda de combate ao comércio ilegal.

Tabela 5: Profissionais da academia envolvidos em programas anti comércio ilícito promovidos pela IT

Nome	Empresa	Link	Vínculo
<i>Leandro Piquet Carneiro</i>	<i>Professor do Instituto de Relações Internacionais da USP;</i>	http://olajornal.com.br/usp-e-ministerio-da-justica-se-unem-para-capacitacao-de-policiais-que-atuam-nas-fronteiras/	<i>Coordenador do programa de capacitação voltado às polícias de Brasil, Paraguai e Argentina que atuam na Tríplice Fronteira, região conhecida como foco de atuação do crime organizado</i>
<i>Marcos Casarin</i>	<i>Chefe de Pesquisa Macro da América Latina na Oxford Economics</i>	http://olajornal.com.br/economista-defende-nova-estrutura-de-precos-para-estancar-venda-de-cigarros-ilegais/	<i>Responsável pelo estudo intitulado "A Economia do Mercado Ilegal de Tabaco no Brasil"</i>
<i>Pery Shikida</i>	<i>Professor da Universidade Estadual</i>	https://economia.estadao.com.br/no	<i>Estuda a chamada "economia do</i>

	<i>do Oeste do Paraná;</i>	<u><i>ticias/geral.contrabando-de-cigarros -um-enorme-prejuizo-para-o-pais,70 003346019</i></u>	<i>crime" há mais de 20 anos</i>
--	----------------------------	---	----------------------------------

Os primeiros estudos científicos documentando o papel do tabaco no desenvolvimento do câncer e outras doenças começaram a aparecer no começo dos anos 1950.¹¹⁰ Memorandos internos do Truth Tobacco Institute,³⁸ organização fundada pela IT, associaram a descoberta a uma falha de Relações Públicas Lutando desesperadamente por sobrevivência econômica, a indústria do tabaco lançou o que muitos consideram a mais cara, longa e bem sucedida campanha de relações públicas de "crise de gerenciamento "da história.¹¹⁰ Desde então, membros da academia têm sido aliciados pela indústria em sua luta por impor sua narrativa na história. Através de uma conduta inescrupulosa, que ultrapassa qualquer limite ético ou moral, a IT passou a adotar táticas de marketing voltadas para jovens, passou a visar o aumento da dependência da população e também começou a negar riscos comprovados à saúde. Com isso, os estudos científicos de cunho duvidoso se tornaram essenciais para se manter em atividade.

Essas estratégias também estão presentes e profissionais da área acadêmica também são cooptados. No Brasil isso fica evidente em diversos casos e, disfarçados de ações de responsabilidade social corporativa, a IT consegue cada vez mais passar uma imagem de preocupação com problemas sérios que o país enfrenta. A indústria está, portanto, engajada em colocar em prática estratégias que refaçam sua imagem, especialmente por meio de patrocínios, financiamentos e apoios a causas sociais e ambientais. Dentre essas causas podemos citar programa de capacitação voltado às polícias de Brasil, Paraguai e Argentina que atuam na Tríplice Fronteira, região conhecida como foco de atuação do crime organizado. O projeto tem o financiamento do PMI Impact, e conta com a parceria do Instituto de Relações Internacionais da USP e da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie de São Paulo.¹¹¹

De acordo com Leandro Piquet Carneiro, um dos coordenadores do programa e professor do Instituto de Relações Internacionais da USP, a assinatura do convênio com o Ministério da Justiça e Segurança Pública expandiu a abrangência da capacitação, revelando-se um modelo de sucesso.⁸⁵ Ou seja, a indústria do tabaco mais uma vez apoia uma causa social visando o reconhecimento de suas ações como se ela tivesse realmente em busca de realizar uma atividade RSC.

O financiamento de estudos que corroboram o discurso da IT também é uma estratégia muito utilizada. O estudo intitulado "A Economia do Mercado Ilegal de Tabaco no Brasil", da Oxford Economics,¹¹² diz que vendas de cigarros ilegais no Brasil subiram 80%, de 35 bilhões de unidades para 63 bilhões, entre 2013 e 2019.¹¹³ O objetivo é, portanto, mostrar que, embora o consumo total de cigarros tenha se mantido praticamente estável entre 2013 e 2019 (variando de 107 bilhões de unidades para 111 bilhões), à medida que o preço do produto legal aumentou, as vendas de cigarros legais caíram 34% nesse período (de 72 bilhões de unidades

para 47 bilhões). Aproveitando esses dados, a IT mais uma vez utiliza um membro da academia como porta-voz de suas ideias e tenta vender uma narrativa. Marcos Casarin, economista da Oxford Economic, diz que o caminho para solucionar o problema é mexer na estrutura de preços e atuar na repressão do contrabando: “Qualquer tipo de solução para um problema deste tamanho (enfrentar um player que é dominante no seu mercado) vai exigir um olhar holístico ao problema. Mexer na estrutura de preços como forma de melhorar a sinalização para o consumidor e induzir a demanda de volta ao mercado legal pode ajudar a resolver o problema, bem como atuar na restrição de oferta do produto clandestino através da atuação nas fronteiras.”¹¹⁴

Outro importante dado que o estudo revela é que a substituição de produtos ilegais por legítimos poderia gerar uma contribuição adicional de 6 bilhões ao PIB e apoiaria a criação de 173.340 empregos. Mais uma vez, Casarin dá a sua contribuição para reforçar os argumentos da indústria: “Acredito que o governo deveria olhar para isso como uma oportunidade de reduzir a ineficiência econômica para agilizar a geração de emprego e renda no país, acelerando a recuperação da economia, além de privar organizações criminosas de bilhões de reais de financiamento ao ano. Já a sociedade deveria olhar para isso como uma oportunidade de emprego e renda a ser aproveitada em um contexto no qual muitos postos de trabalho foram perdidos.”¹¹⁴

Por fim, temos a participação de acadêmicos na mídia dando declarações que contribuem para disseminar a ideia de que o contrabando é um problema que o governo e as instituições legais devem lidar. A IT fica mais uma vez como espectadora dessa história, cobrando das autoridades uma ação e em nada contribuindo para a solução dela. Um exemplo dessa estratégia é a participação do professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Pery Shikida, em matéria do Estadão patrocinada pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade, mais um órgão de fachada financiado pela indústria. Nela, o professor que se diz um estudioso da "economia do crime", cita o contrabando como um crime atrativo e sem grandes consequências para o criminoso.¹¹⁵

Como pôde ser visto, a academia é aliciada para contribuir com a indústria divulgando estudos controversos e dando declarações que corroborem com a IT. Embora existam também muitos profissionais sérios nessa área, sempre haverá quem aceite contribuir com eles em troca de benefícios. Confrontar essas ideias é papel dos órgãos de saúde e dos sérios estudiosos. A mentira só pode ser combatida com a verdade.

A Tabela 6 lista os profissionais e os veículos da mídia que trabalham com a IT defendendo seus interesses na agenda de combate ao comércio ilegal.

Tabela 6: Profissionais da mídia que defendem argumentos da IT no tema contrabando

Nome	Empresa	Link	Vínculo
<i>João Wainer</i>	<i>Cineasta</i>	https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,contrabando-de-cigarros-um-enorme-prejuizo-para-o-pais,70003346019	<i>Diretor do documentário "Cigarro do Crime";</i>
<i>Ricardo Daehn</i>	<i>Correio Braziliense</i>	https://www.correio braziliense.com.br/diversao-e-arte/2020/12/4897084-serie-cigarro-do-crime-cerca-industria-ilegal-que-lucra-rs-11-bilhoes.html	<i>Escreveu matéria paga pela indústria;</i>
<i>Gil do Vigor</i>	<i>Influencer</i>	https://ojoioetriqo.com.br/2021/12/lobby-da-industria-faz-brasil-falhar-contra-comercio-ilicito-de-cigarros/	<i>Fez publicidade paga para FNCP, que tem como associada a BAT Brasil. Seu perfil tem quase 15 milhões de seguidores. Falou por quase 50 segundos sobre a campanha Contrabando Não, redirecionando os seguidores para o site do Fórum.</i>
<i>André Luís Jungblut</i>	<i>Presidente da Gazeta Grupo de Comunicações</i>	https://www.gaz.com.br/	<i>Jornal favorável à indústria;</i>
<i>Romar Rudolfo Beling</i>	<i>Jornalista da Gazeta do Sul</i>	https://www.gaz.com.br/	<i>Há 32 anos acompanha e registra o agronegócio no Brasil. É responsável pela parte de reportagem do projeto "Caminhos do Tabaco";</i>

A mídia é também um meio onde a IT age com constância. Desde matérias pagas, passando por divulgação de informações desconstruídas para jornalistas até a produção de documentários que propaguem as narrativas que os interessam, a IT está sempre atuando em prol de seus interesses.

Um dos principais exemplos recentes que podemos citar é a série documental "Cigarro do Crime."¹¹⁶ Nela são tratados aspectos das fronteiras entre Brasil e Paraguai, onde se cristalizam crimes operados por grandes organizações, numa rota de desvios de mercadoria por terra e água. São ouvidos policiais da Federal e das Rodoviária Federal e Estadual, além de agentes da Receita Federal. Sonegação de impostos, suborno e financiamento de facções criminosas e de milícias aparecem na série. Apesar de parecer um conteúdo com valor jornalístico e cinematográfico, a série dá enfoque para medidas governamentais e coloca nas ações de cidadãos um possível freio ao contrabando. Ou seja, a responsabilidade é mais uma vez transferida para outrem que não a indústria. O governo deve agir, o cidadão deve agir, mas a indústria em nada tem que se mover para coibir um crime tão grave e prejudicial ao país como o contrabando.¹¹⁷

As matérias pagas, onde aparecem em letras miúdas "conteúdo de responsabilidade do anunciante", é outra forma muito utilizada para propagar suas ideias. Disfarçada de matéria ilibada, de interesse público e com informações de apuro jornalístico, o objetivo nada mais é do que passar as verdades que a IT nos quer fazer acreditar. Quando não é por matérias pagas, há o convencimento de jornalistas de que o que é divulgado é algo que mereça ser divulgado. Ou há uma troca de favores, onde o jornalista recebe se não uma verba, alguma contrapartida para escrever algo em prol da indústria. Um exemplo onde isso fica claro é a matéria de Ricardo Daehn, do Correio Braziliense.¹¹⁷ Nela, o jornalista fala da série "Cigarro do Crime", divulga dados constantemente associados à indústria e ainda dá voz a Edson Vismona, presidente da ETCO, empresa de fachada utilizada pela indústria para atender seus interesses. Há, portanto, minimamente uma suspeita quanto ao objetivo da matéria e as intenções do jornalista ao escrevê-la.

A indústria também investe e marca presença nas redes sociais por meio de publicidade paga. E o último escolhido para divulgar a sua "causa" foi o influencer e ex-participante do reality show Big Brother Brasil, Gilberto Nogueira, conhecido como Gil do Vigor. Um dos influenciadores digitais de maior destaque no ano de 2021, Gil conta com um perfil no Instagram de quase 15 milhões de seguidores. Em campanha financiada pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP),¹¹⁸ que tem como associada a BAT Brasil, antiga Souza Cruz e subsidiária da British American Tobacco, o ex-BBB ocupou algumas telas de stories e falou por quase 50 segundos sobre a campanha Contrabando Não,¹¹⁸ redirecionando seus seguidores para o site do FNCP.

A clara influência da indústria na mídia também é perceptível quando observamos o vínculo com o Grupo de Comunicações Gazeta, que tem como seu principal veículo o Gazeta do Sul (GAZ), jornal conhecido por cobrir matérias do agronegócio e por "ter profunda e longa relação com o setor do tabaco."¹¹⁹ Entre os projetos mais conhecidos do veículo está a série de reportagens intitulada "Caminhos do Tabaco",¹¹⁹ que tem como proposta a visita de jornalistas às áreas de produção de tabaco no Sul do Brasil e já está em sua sexta edição (2021). As reportagens são publicadas periodicamente no site do jornal e há também transmissões em

programas de rádio. O projeto tem patrocínio da Prefeitura de Santa Cruz do Sul (capital do fumo), Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra) e Philip Morris Brasil, e conta com o apoio da City Car Aluguel de Veículos.¹¹⁹ Em sua quinta edição, o projeto contou com um número especial que envolveu uma equipe que fez viagens às regiões de fronteira do Brasil para investigar o impacto do contrabando sobre o mercado de cigarros no país.¹²⁰ Com um discurso claramente afinado com a indústria, a série de reportagens procurou reforçar todas as ideias que isentam a IT de responsabilidade com o problema, e que transferem as mesmas para as autoridades e para os governantes do Brasil ao mesmo tempo em que prega a reforma tributária como uma solução para o problema do contrabando (Figura 7).

Figura 6: Imagem da matéria do jornal Gazeta do Sul - edição especial sobre o contrabando (Série Caminhos do Tabaco, 2020)

Caminhos do Tabaco: isso tudo é Brasil

A proposta da própria expedição era seguir por caminhos da região Sul do País, com o olhar atento ao produto que motivava a incursão

9 de março de 2020 07:12 | Atualizado em 9 de março de 2020 07:33

Por **ROMAR BELING**



Foto: Lula Helfer



O produtor Giovane Luiz Weber surpreendeu ao desfraldar uma bandeira do Brasil em lavoura de tabaco ao final do roteiro da expedição

gaz.com.br

Podemos assim perceber que o setor da mídia é explorado pela indústria do tabaco. Seja por matérias pagas, documentários financiados ou jornalistas com comportamento suspeito, os argumentos da IT são disseminados para o consumidor do veículo específico. Quantos vão acreditar ou questionar essas informações não há como quantificar, mas o certo é que com essa estratégia eles estão sempre plantando uma dúvida na cabeça das pessoas. E esse é um mal tipicamente orquestrado pela indústria.

Desinformação só se combate com informação. E é isso que se espera dos profissionais de mídia sérios e que prezam pelo que a profissão prega, imparcialidade e verdade.

A Tabela 7 dá exemplos de policiais que repetem os argumentos da IT na agenda de combate ao comércio ilegal.

Tabela 7: Policiais que espelham os argumentos da IT no tema contrabando

Nome	Empresa	Link	Vínculo
Mozart Person Fuchs	Chefe da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu;	https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,contrabando-de-cigarros-um-enorme-prejuizo-para-o-pais,70003346019	Mozart Person Fuchs concorda com a proposta de reequilibrar a carga tributária e diz que isso influi diretamente na diminuição do contrabando;
Emerson Rodrigues	Delegado de Foz do Iguaçu;	https://www.gaz.com.br/uniao-de-forcas-e-a-prioridade-no-combate-ao-contrabando-de-cigarros/	Rodrigues acredita que, além das questões relacionadas à tributação , um dos entraves para o combate ao contrabando está no âmbito penal, pois as penas para quem é pego envolvido nessa logística são brandas e dificilmente os criminosos permanecem presos;
Leandro Húngaro	Policia Federal de Guaira (PR);	https://www.gaz.com.br/especial-contrabando-expedicao-explora-o-mercado-ilegal-de-cigarros/	"O policial rodoviário Leandro Húngaro ressalta que o país vizinho vem dando sinais de mudança de atitude, com o aumento da carga tributária sobre o cigarro, o fechamento de portos clandestinos em seu território "

<p><i>Benedito Pereira da Silva Júnior</i></p>	<p><i>Auditor fiscal;</i></p>	<p>https://www.gaz.com.br/especial-contrabando-expedicao-explora-o-mercado-ilegal-de-cigarros/</p>	<p><i>"Além da questão tributária e das dificuldades enfrentadas pelo poder público para fazer a repressão, pesam fatores como a falta de diálogo entre os governos brasileiro e paraguaio sobre o assunto. Para o auditor fiscal Benedito Pereira da Silva Júnior, não se pode afirmar que o Paraguai é negligente em relação ao contrabando"</i></p>
--	-------------------------------	--	--

Por fim, podemos citar a influência da indústria no discurso policial como uma forma de atuação constante quando se fala em estratégias para disseminar uma ideia distorcida para sociedade. Por mais que não haja um vínculo oficial entre IT e as forças policiais que atuam principalmente nas fronteiras do Brasil, em geral os argumentos usados pelas autoridades aduaneiras tendem a reproduzir o que a indústria prega como as causas do contrabando.

Esta relação de como a IT dialoga com as forças policiais, e como essas ideias referentes ao contrabando se alinham tem como exemplo o programa da Philip Morris International, o PMI IMPACT.⁸³ Em 2019, em sua segunda rodada de investimentos, o programa contemplou dois projetos brasileiros, entre 31 iniciativas selecionadas: o programa de formação de profissionais de segurança pública dos países que compõem a tríplice fronteira em Segurança Multidimensional nas Fronteiras, em parceria com o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, e o Censo de Mercado Ilícitos, uma plataforma de dados socioeconômicos, qualitativos, quantitativos e especiais sobre crimes relacionados ao comércio ilegal no Brasil.¹²¹ Ambos projetos são marcos, portanto, de formas de se aproximar das autoridades competentes e disseminar dados que favoreçam a noção de que a indústria não tem relação com o contrabando.

Entre os motivos citados com recorrência pelos policiais que atuam no combate ao contrabando e que são sempre similares aos alardeados pela indústria, podemos citar as altas cargas tributárias dos cigarros legais, penas brandas aos criminosos que atuam como contrabandistas, a necessidade de aumento do efetivo de policiais que compõem os órgãos de segurança responsáveis pelo combate ao contrabando, a ideia de que o contrabando de cigarros é um crime menor em comparação ao contrabando de armas ou outras drogas tidas como mais danosas à sociedade, a falta de compreensão da gravidade do contrabando por parte dos criminosos que são pegos cometendo o crime e a noção de que o contrabando sempre vai existir.

Com ações de RSC, a indústria procura mostrar preocupação com os rumos que o contrabando toma no país. Os policiais, quando contemplados por programas da IT, se sentem parceiros nessa busca por lidar com o contrabando da melhor maneira possível. O que ocorre, no entanto, é que por trás desse discurso de que são aliados na briga contra o contrabando há outros interesses ligados a estratégias de marketing da IT. Os policiais acabam amplificando as ideias da indústria, que em contrapartida se demonstra disposta a ajudar e dar melhores condições para que esses policiais atuem de forma a combater o mal que o contrabando traz para o país.

Conclusão e recomendações

Este estudo qualitativo mostrou que a IT tem vindo, repetidamente, a público para divulgar os prejuízos que os governos vêm tendo com o comércio ilícito de produtos derivados do tabaco com o objetivo de favorecer sua agenda. De acordo com suas campanhas e manifestações, são responsáveis pelo problema do contrabando principalmente os governos, com suas políticas de controle do tabaco que estimulariam o contrabando e, que também precisam fazer mais para abordar o problema (inclusive e principalmente baixar impostos). A indústria também culpa as empresas clandestinas brasileiras (que produzem sem pagar impostos), os grupos criminosos (responsáveis pela comercialização de produtos que por serem mais baratos seriam mais atrativos) e os consumidores (que compram produtos de origem desconhecida), entre outros. Este discurso é usado para promover agressivamente a redução dos impostos que incidem sobre os produtos do tabaco, se contrapor a políticas públicas de controle do tabagismo, em especial a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (com o qual o Brasil possui obrigações legais) e se promover como empresa socialmente responsável através de organizações criadas com o objetivo de promover o discurso da indústria na área do comércio ilícito. Além disso, a indústria aplica e adapta o discurso e as estratégias de abordagem ao comércio ilícito utilizadas por suas matrizes, à realidade brasileira, ignorando as medidas do Protocolo de Eliminação do Comércio Ilícito dos Produtos do Tabaco, tratado do qual o Brasil também é parte legalmente vinculada.

Pior ainda, no Brasil a indústria encontrou uma maneira de se pronunciar através de estruturas governamentais, facilitando seu lobby sobre setores relevantes do governo, como o Ministério da Economia, responsável pelas políticas de preços dos produtos do tabaco e se opondo a outros setores de maneira agressiva, como o Ministério da Saúde, incitando o país a não cumprir as obrigações legais dos dois tratados através do ataque frontal à CONICQ. A IT e seus grupos de fachada se beneficiam da legitimidade oferecida pelas câmaras temáticas do MAPA, criadas através de portarias ministeriais, nos posicionamentos do país, sejam eles

nacionais e internacionais, para que estes se alinhem à sua agenda e interesses econômicos. Isto com o apoio de parlamentares, jornalistas, estatísticos e grupos de representação desta indústria.

O governo brasileiro e a sociedade como um todo, de posse deste estudo, têm um papel fundamental na proteção das políticas públicas de controle do tabaco, contrapondo-se à interferência da IT. Estas medidas devem ter um caráter geral, oferecendo uma proteção guarda-chuva a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco nos seguintes pontos:

1. legitimar e fortalecer o papel da CONICQ protegendo sua atuação da interferência da IT.
2. restringir o papel da câmara setorial do tabaco a questões técnicas vinculadas a agricultura, a exemplo das câmaras técnicas do MAPA voltadas para outros setores, alinhando seu papel e suas recomendações às obrigações legais do Brasil junto a CQCT, mantendo sua agenda aberta ao controle social.
3. promover a implementação do artigo 5.3 da CQCT e de suas guias em todos os órgãos do governo.¹²²
4. não permitir que a IT ou seus grupos de interesse representem o Brasil em consultas, órgãos ou mecanismos multilaterais internacionais que tenham papel ou influência na implementação do Protocolo.
5. desenvolver mecanismos para informar acadêmicos e cientistas sobre o conflito de interesses de projetos com financiamento da IT e promover mecanismos de declaração de conflito de interesses em publicações acadêmicas e científicas.

Medidas voltadas especificamente para a implementação do Protocolo pelo Brasil incluem:

1. criar uma comissão no Brasil para implementação do Protocolo de Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco de acordo com a portaria que referendou o acesso do Brasil ao Protocolo e que garanta o cumprimento das medidas do Protocolo sob controle do governo.
2. Promover e divulgar estudos com metodologia adequada para mostrar a extensão real do comércio ilícito.
3. Aplicar o artigo 5.3 da CQCT nas relações do governo com a IT.¹²²
4. Identificar, expor e contrapor argumentos de órgãos de fachada que amplificam o impacto do contrabando na cadeia produtiva do fumo e no desemprego.
5. Aplicar o artigo 8.12; 8.13 e 8.14 do Protocolo de eliminação do comércio ilícito na implementação dos sistemas de rastreamento e monitoramento de produtos do tabaco.¹⁹
6. Aplicar o artigo 4.2 na aplicação do Protocolo de Eliminação do Comércio Ilícito.¹⁹

A Figura 6 aborda os mecanismos sugeridos para apoiar especificamente a implementação do Protocolo de Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco no Brasil se contrapondo à interferência da IT.

Figura 6

Contrapondo a interferência da IT.



Referências

1. WBG Global Tobacco Control Program. Confronting Illicit Tobacco Trade : a Global Review of Country Experiences : Confronting Illicit Tobacco Trade : a Global Review of Country Experiences (English). <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail> (2019).
2. Saiba mais sobre o MERCOSUL. Ministério das Relações Exteriores <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mercosul/saiba-mais-sobre-o-mercosul/saiba-mais-sobre-o-mercosul>.
3. Ramos, A. Illegal trade in tobacco in MERCOSUR countries. *Trends Organ. Crime* **12**, 267–306 (2009).
4. Action on Smoking and Health, Fresh, Association of Directors of Public Health & Public Health England. Smoking: Price and Affordability. (2019).
5. World Health Organization. Tobacco - Key facts. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco> (2021).
6. Joossens, L., Merriman, D., Ross, H. & Raw, M. The impact of eliminating the global illicit cigarette trade on health and revenue. *Addict. Abingdon Engl.* **105**, 1640–1649 (2010).
7. Shelley, L. I. & Melzer, S. A. The Nexus of Organized Crime and Terrorism: Two Case Studies in Cigarette Smuggling. *Int. J. Comp. Appl. Crim. Justice* **32**, 43–63 (2008).
8. Drope, J. et al. The Tobacco Atlas. (American Cancer Society and Vital Strategies, 2018).
9. Besaratinia, A. & Tommasi, S. Vaping: A growing global health concern. *EClinicalMedicine* **17**, 100208 (2019).
10. Sindelar, J. L. Regulating Vaping — Policies, Possibilities, and Perils. *N. Engl. J. Med.* **382**, e54 (2020).
11. Friedman, A. S. & Tam, J. E-Cigarettes: Matching Risks With Regulations. *Am. J. Prev. Med.* **60**, 146–150 (2021).
12. Iglesias, R. M., Szklo, A. S., Souza, M. C. de & Almeida, L. M. de. Estimating the size of illicit tobacco consumption in Brazil: findings from the global adult tobacco survey. *Tob. Control* **26**, 53–59 (2017).
13. Szklo, A., Iglesias, R. M., Carvalho de Souza, M., Szklo, M. & Maria de Almeida, L. Trends in Illicit Cigarette Use in Brazil Estimated From Legal Sales, 2012–2016. *Am. J. Public Health* **108**, 265–269 (2018).
14. Sudré, L. Lobby da indústria faz Brasil falhar contra comércio ilícito de cigarros. o Joio e o Trigo <https://ojoioetrigo.com.br/2021/12/lobby-da-industria-faz-brasil-falhar-contracomercio-ilicito-de-cigarros/> (2021).
15. Szklo, A. S. & Iglesias, R. M. Decrease in the proportion of illicit cigarette use in Brazil: What does it really mean? *Tob. Control* **29**, s287–s288 (2020).
16. Drope, J., Iglesias, R. & Figueiredo, V. Consumo de cigarros ilegais em cinco cidades brasileiras. (In press, 2021).

17. SUDRÉ, L. A falsa narrativa sobre o cigarro contrabandeado. o Joio e o Trigo
<https://ojoioeotrigo.com.br/2020/11/a-falsa-narrativa-sobre-o-cigarro-contrabandeado/> (2020).
18. United Nations. United Nations Treaty Collection.
https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IX-4-a&chapter=9&clang=_en (2021).
19. WHO Framework Convention on Tobacco Control. Protocol to Eliminate Illicit Trade in Tobacco Products. (2013).
20. University of Bath. Codentify - TobaccoTactics. <https://tobaccotactics.org/wiki/codentify/> (2021).
21. University of Bath. Digital Coding & Tracking Association (DCTA) - TobaccoTactics.
<https://tobaccotactics.org/wiki/digital-coding-tracking-association-dcta/>.
22. Joossens, L. & Gilmore, A. B. The transnational tobacco companies' strategy to promote Codentify, their inadequate tracking and tracing standard. *Tob. Control* **23**, e3–e6 (2014).
23. Phillip Morris International. Fighting illicit trade. <https://www.pmi.com/sustainability/fighting-illicit-tobacco-trade> (2021).
24. British American Tobacco. WHO Illicit Trade Protocol.
https://www.bat.com/group/sites/uk__9d9kcy.nsf/vwPagesWebLive/DO6ZYC4S (2021).
25. Bialous, S. The Tobacco Industry and the Illicit Trade in Tobacco Products.
https://www.who.int/fctc/publications/The_TI_and_the_Illicit_Trade_in_Tobacco_Products.pdf (2014).
26. GAZ. Sistema de rastreamento de produtos fumígenos é visto com bons olhos. GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região
<https://www.gaz.com.br/sistema-de-rastreamento-de-produtos-fumigenos-e-visto-com-bons-olhos/> (2021).
27. Luk Joossens, M. R. From cigarette smuggling to illicit tobacco trade. *Tob. Control* **21**, 230–234 (2012).
28. Gallagher, A. W. A., Evans-Reeves, K. A., Hatchard, J. L. & Gilmore, A. B. Tobacco industry data on illicit tobacco trade: a systematic review of existing assessments. *Tob. Control* **28**, 334–345 (2019).
29. University of Bath. Illicit Tobacco Trade - TobaccoTactics. <https://tobaccotactics.org/wiki/illicit-tobacco-trade/> (2021).
30. Sandberg, E., Gallagher, A. W. & Alebshehy, R. Tobacco industry commissioned reports on illicit tobacco trade in the Eastern Mediterranean Region: how accurate are they? *East. Mediterr. Health J.* **26**, 1320–1322 (2020).
31. University of Bath. PMI IMPACT - TobaccoTactics. <https://tobaccotactics.org/wiki/pmi-impact/> (2021).
32. van Walbeek, C. & Shai, L. Are the tobacco industry's claims about the size of the illicit cigarette market credible? The case of South Africa. *Tob. Control* **24**, e142-146 (2015).
33. Ministério da Educação. Base Legislação da Presidência da República - Lei nº 13.008 de 26 de junho de 2014. (2014).
34. Bower, H. R. Responsabilidades sociais dos homens de negócio. (Civilização Brasileira S.A., 1957).

35. Franklin, D. Just good business. *The Economist* (2008).
36. Gilmore, A. B., Gallagher, A. W. A. & Rowell, A. Tobacco industry's elaborate attempts to control a global track and trace system and fundamentally undermine the Illicit Trade Protocol. *Tob. Control* **28**, 127–140 (2019).
37. British American Tobacco. How does BAT manage the threat to its corporate reputation, HDM QBR. (2003).
38. Truth Tobacco Industry. Overview - Truth Tobacco Industry Documents.
<https://www.industrydocuments.ucsf.edu/tobacco-about-overview/>.
39. University of Bath. Tobacco Smuggling - TobaccoTactics. <https://tobaccotactics.org/wiki/tobacco-smuggling/> (2021).
40. Joossens, L., Gilmore, A. B., Stoklosa, M. & Ross, H. Assessment of the European Union's illicit trade agreements with the four major Transnational Tobacco Companies. *Tob. Control* **25**, 254–260 (2016).
41. The Smoke Free Partnership. SFP Press release: European Commission rejects renewal or extension of the controversial agreement with tobacco multinational Philip Morris International (PMI) on tackling illicit trade - SmokeFree Partnership.
<https://www.smokefreepartnership.eu/news/sfp-news/sfp-press-release-european-commission-rejects-renewal-or-extension-of-the-controversial-agreement-with-tobacco-multinational-philip-morris-international-pmi-on-tackling-illicit-trade> (2022).
42. Iglesias, R. M., Gomis, B., Carrillo Botero, N., Shepherd, P. & Lee, K. From transit hub to major supplier of illicit cigarettes to Argentina and Brazil: the changing role of domestic production and transnational tobacco companies in Paraguay between 1960 and 2003. *Glob. Health* **14**, 111 (2018).
43. Savell, E., Gilmore, A. B. & Fooks, G. How Does the Tobacco Industry Attempt to Influence Marketing Regulations? A Systematic Review. *PLOS ONE* **9**, e87389 (2014).
44. Wakefield, M., Miller, C. & Woodward, S. Community perceptions about the tobacco industry and tobacco control funding. *Aust. N. Z. J. Public Health* **23**, 240–244 (1999).
45. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Setor de tabaco rejeita iniciativas que aumentem a tributação sobre cigarros - Notícias. Portal da Câmara dos Deputados
<https://www.camara.leg.br/noticias/693157-setor-de-tabaco-rejeita-iniciativas-que-aumentem-a-tributacao-sobre-cigarros/> (2020).
46. Cancian, N. & Brant, D. Indústria do cigarro ganha R\$ 7,5 bi com projeto anticontrabando de Moro. Folha de S.Paulo
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/industria-do-cigarro-ganha-r-75-bi-com-projeto-anticontrabando-de-moro.s.html> (2019).
47. Ministério da Justiça e Segurança Pública. PORTARIA N° 263, DE 23 DE MARÇO DE 2019 - Imprensa Nacional. (2019).

48. INCA. Mercado ilegal de produtos de tabaco. INCA - Instituto Nacional de Câncer <https://www.inca.gov.br/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco/mercado-ilegal> (2018).
49. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Grupo de trabalho apresenta relatório final com contribuições para o combate ao contrabando de cigarros no país. Ministério da Justiça e Segurança Pública <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1565385788.94> (2019).
50. ROTHIER, B. Em Davos, Guedes diz que avalia imposto sobre cigarro, álcool e produtos com açúcar. G1 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/23/em-davos-guedes-diz-que-avalia-imposto-sobre-cigarro-alcool-e-produtos-com-acucar.ghtml> (2020).
51. KLAVA, N. Bolsonaro diz que está descartado aumento de imposto sobre cerveja, cigarro e itens com açúcar. G1 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/bolsonaro-diz-que-esta-descartado-aumento-de-imposto-sobre-cerveja-cigarro-e-itens-com-acucar.ghtml> (2020).
52. Convention Secretariat. WHO Framework Convention on Tobacco Control. (2003).
53. Philip Morris Internacional. A PMI apoia o Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS. https://www.pmi.com/resources/docs/default-source/portugal-market/fighting-illicit-trade-in-tobacco-products-protocol-pt.pdf?sfvrsn=41c19cb5_2%20%20https://www.produtorsouzacruz.com.br/noticias/dia-nacional-de-combate-ao-contrabando (2021).
54. GAZETA DO SUL. Combate ao mercado ilegal exige redução dos tributos. GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região <https://www.gaz.com.br/combate-ao-mercado-ilegal-exige-reducao-dos-tributos/>.
55. Moreira, C. Pesquisa registra queda de 10% no comércio de cigarro ilegal. Cidades DF <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/11/4962702-pesquisa-registra-queda-de-10-no-comercio-de-cigarro-ilegal.html> (2021).
56. Campanha para Crianças Livres de Cigarro. Comércio Ilegal de Tabaco Lucro Ilegal e Risco Público. 13 (2008).
57. BAT Brasil - Falsificação. https://www.batbrasil.com/group/sites/SOU_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DO9YDBCF#.
58. GARCIA, P. Especial Contrabando: expedição explora o mercado ilegal de cigarros. GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região <https://www.gaz.com.br/especial-contrabando-expedicao-explora-o-mercado-ilegal-de-cigarros/> (2019).
59. GARCIA, P. Imposto elevado sobre cigarro não resolve, diz estudo. GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região <https://www.gaz.com.br/imposto-elevado-sobre-cigarro-nao-resolve-diz-estudo/> (2017).

60. Braziliense', 'Correio. Cigarro ilegal: Mercado atraente favorece chegada de novos players no Brasil. FNCP <https://www.correiobraziliense.com.br/parceiros/fncp/2020/12/4895327-cigarro-ilegal-mercado-atraente-favorece-chegada-de-novos-players-no-brasil.html> (2020).
61. OLIVEIRA, N. Adolescentes têm amplo acesso à compra de cigarros, constata Inca. Agência Brasil <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-11/adolescentes-tem-amplo-acesso-compra-de-cigarros-constata-inca> (2018).
62. GARCIA, P. COP 9 começa nesta segunda-feira; entenda os principais pontos. GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região <https://www.gaz.com.br/o-que-esperar-da-cop-9/> (2021).
63. ACT. Embalagem padronizada de produtos de tabaco: Protegendo crianças, adolescentes e jovens do marketing da indústria do tabaco. (2018).
64. ACT. Canadá: adoção de embalagem padronizada para produtos de tabaco - Posts | ACT BR. <https://actbr.org.br/post/canada-adocao-de-embalagem-padronizada-para-produtos-de-tabaco/17884/> (2018).
65. Meio&Mensagem. Souza Cruz reacende debate sobre maço padronizado. <https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2017/05/05/souza-cruz-reacende-debate-sobre-maco-padronizado.html> (2017).
66. Szklo, A. S. & Iglesias, R. M. Interferência da indústria do tabaco sobre os dados do consumo de cigarro no Brasil. Cad. Saúde Pública **36**, e00175420 (2020).
67. CATRACA LIVRE. Documentário mostra a perigosa rota do tabaco ilegal. Catraca Livre <https://catracalivre.com.br/projetos/documentario-mostra-a-perigosa-rota-do-tabaco-ilegal/> (2020).
68. IDESF, C. Dia Nacional de Combate ao Contrabando: IDESF e ABCF divulgam relatório com dados nacionais | IDESF. <https://www.idesf.org.br/2019/03/14/dia-nacional-de-combate-ao-contrabando-idesf-e-abcf-divulgam-relatorio/> (2019).
69. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. PORTARIA N. 60, DE 19 DE JANEIRO DE 2009. (2009).
70. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Câmaras do MAPA.
71. Contribuições das Câmaras Setoriais e Temáticas à Formulação de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio. vol. 13 (MAPA/SE/CGAC, 2006).
72. Mathias, M. Lobby do fumo ataca colegiado-chave da política antitabaco. O Joio e o Trigo <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/lobby-do-fumo-ataca-colegiado-chave-politica-antitabaco/> (2021).

73. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm (2019).
74. ACT. A burocracia a favor do lobby do fumo - Posts | ACT BR.
<https://actbr.org.br/post/a-burocracia-a-favor-do-lobby-do-fumo/18735/> (2020).
75. World Health Organization. Tobacco industry interference: a global brief. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/70894> (2012).
76. C. Richter, A. P., Hasselmann, L. G., Torres, R., Rubano Turci, S. & da Costa e Silva, V. L. O uso da estratégia de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) pela indústria do tabaco na promoção dos dispositivos eletrônicos de fumar (DEFs). (2021).
77. ETCO. Página principal. ETCO <https://www.etco.org.br/> (2021).
78. ETCO. Produto ilegal atinge 57% do mercado de cigarros. ETCO
<https://www.etco.org.br/noticias/produto-ilegal-atinge-57-do-mercado-de-cigarros/> (2019).
79. THE WORLD BANK. Taxing Tobacco: A win-win for public health outcomes and mobilizing domestic resources. World Bank
<https://www.worldbank.org/en/topic/tobacco/brief/taxing-tobacco-a-win-win-for-public-health-outcomes-mobilizing-domestic-resources> (2021).
80. Forum Nacional contra a Pirataria e Ilegalidade. FNCP - Fórum Nacional contra a Pirataria e Ilegalidade. <http://www.fncp.org.br> (2022).
81. IBL - Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade. <http://www.institutobrasillegal.org.br/> (2022).
82. INCA. Estudo do INCA revela diminuição no consumo de cigarros ilícitos no Brasil. INCA - Instituto Nacional de Câncer
<https://www.inca.gov.br/noticias/estudo-do-inca-revela-diminuicao-no-consumo-de-cigarros-ilicitos-no-brasil> (2018).
83. PMI IMPACT. PMI Impact Home. PMI Impact <https://www.pmi-impact.com>.
84. PMI IMPACT. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SE UNEM PARA A CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS QUE ATUAM NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI. <https://www.pmi.com/markets/brazil/pt/noticias/details> (2020).
85. USP e Ministério da Justiça se unem para capacitação de policiais que atuam nas fronteiras. Olá Jornal
<http://olajornal.com.br/usp-e-ministerio-da-justica-se-unem-para-capacitacao-de-policiais-que-atuam-nas-fronteiras/> (2020).
86. JHM Pesquisa. Inicial. JHM Pesquisa <https://jhmpesquisa.com/>.
87. JHM Pesquisa. Censo Mercados Ilícitos. Tríplice Fronteira Sul a São Paulo.
<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc/apresentacoes-em-eventos/apresen>

- tacoes-de-convidados-em-eventos-de-2021/audiencia-publica-da-subcomissao-para-assuntos-penais-1/documentos-ap-subcomissao-assuntos-penais/20210803Apresentao_JoaoHenrique2RelatrioICensodeMercadosIlcitosJHMPesquisa.pdf (2021).
88. OLÁ JORNAL. Projetos brasileiros receberão investimento da Philip Morris International para combater o comércio ilegal e crimes relacionados. Olá Jornal
<http://olajournal.com.br/projetos-brasileiros-receberao-investimento-da-philip-morris-international-para-combater-o-comercio-ilegal-e-crimes-relacionados/> (2019).
 89. IDESF. Quem somos | IDESF. <https://www.idesf.org.br/quem-somos/> (2022).
 90. ABRASEL. Home. Abrasel <https://abrase.com.br/>.
 91. ABRASEL. Missão da Abrasel. Abrasel <https://abrase.com.br/abrase/>.
 92. ABRASEL. ‘É uma questão gravíssima, um crime que vemos todos os dias nas nossas portas’, afirma Paulo Solmucci sobre mercado ilegal. Abrasel
<https://abrase.com.br/noticias/noticias/bares-e-restaurantes-lutam-para-concorrer-com-mercado-ilegal-2/>.
 93. Boeira, S. L. Indústria de tabaco e cidadania: confronto entre redes organizacionais. *Rev. Adm. Empres.* **46**, 28–41 (2006).
 94. GAZETA DO SUL. Nova diretoria toma posse na Amprotabaco. *GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região*
<https://www.gaz.com.br/nova-diretoria-toma-posse-na-amprotabaco/> (2021).
 95. Marcelo Moraes critica proposta do Governo de aumento de impostos. *ptb.org.br*
<https://ptb.org.br/marcelo-moraes-critica-proposta-do-governo-de-aumento-de-impostos/>.
 96. “O contrabando vai aplaudir de pé”, diz Heitor Schuch sobre novo imposto. *GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região*
<https://www.gaz.com.br/o-contrabando-vai-aplaudir-de-pe-diz-heitor-schuch-sobre-novo-imposto/>.
 97. Luis Carlos Heinze: Importando crime, exportando empregos. *Folha de S.Paulo*
<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/06/importando-crime-exportando-empregos.shtml> (2019).
 98. Klafke, S. Cadeia produtiva do tabaco em debate. *Folha do Mate*
<https://folhadomate.com/opiniao/colunistas/sergioklafke/cadeia-produtiva-do-tabaco-em-debate/> (2019).
 99. GAZETA DO SUL. Com reforma tributária, contrabando pode tomar 90% do mercado, alerta entidade. *GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região*
<https://www.gaz.com.br/com-reforma-tributaria-contrabando-pode-tomar-90-do-mercado-alerta-entidade/> (2020).
 100. SINDITABACO. O que a Associação dos Municípios Produtores de Tabaco faz? *Sinditabaco*
<http://www.sinditabaco.com.br/item/o-que-a-associacao-dos-municipios-produtores-de-tabaco-faz/>.

101. AGROLINK. Quase 50% dos municípios da Região Sul do Brasil produzem tabaco. Portal Agrolink https://www.agrolink.com.br/noticias/quase-50--dos-municipios-da-regiao-sul-do-brasil-produzem-tabaco_368782.html (2017).
102. NASCIMENTO, R. Leite diz à região que apoia a venda e a fabricação do cigarro eletrônico. GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região <https://www.gaz.com.br/leite-diz-a-regiao-que-apoia-a-venda-e-a-fabricacao-do-cigarro-eletronico/> (2020).
103. PAGNO, M. Após derrota, Leite diz que fez sua parte em busca da candidatura à Presidência: “Acima de um projeto pessoal, está um grupo”. GZH <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/11/apos-derrota-leite-diz-que-fez-sua-parte-em-busca-da-candidatura-a-presidencia-acima-de-um-projeto-pessoal-esta-um-grupo-ckwif5hqq0064014cb3kza5xk.html> (2021).
104. Cavalcanti Rangel, E. “Enfrentamento do controle do tabagismo no Brasil: o papel das audiências públicas no Senado Federal na ratificação da Convenção- Quadro para o controle do tabaco (2004/2005)”. (Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2011).
105. FETAG. Sobre. FETAG-RS <http://fetags.org.br/a-fetag-rs/sobre/>.
106. FETAG. Lideranças viram o jogo e COP 6 favorece produtor. FETAG-RS <http://fetags.org.br/lideranas-viram-o-jogo-e-cop-6-favorece-produtor/> (2014).
107. SOUZA CRUZ. Fentifumo representa trabalhadores da indústria do tabaco em Brasília | Portal do Produtor Souza Cruz. <https://www.produtorsouzacruz.com.br/noticias/fentifumo-representa-trabalhadores-da-industria-do-tabaco-em-brasilia> (2019).
108. FARSUL. A Farsul. Farsul <https://www.farsul.org.br/paginas/a-farsul.jhtml>.
109. SINDITABACO. Todos perdem com o contrabando. Sinditabaco <http://www.sinditabaco.com.br/todos-perdem-com-o-contrabando/> (2016).
110. Panzer, F. The Roper Proposal. (1972).
111. OLÁ JORNAL. Acordo de cooperação capacita policiais que atuam nas fronteiras no combate ao contrabando de cigarros. Olá Jornal <http://olajornal.com.br/acordo-de-cooperacao-capacita-policiais-que-atuam-nas-fronteiras-no-combate-ao-contrabando-de-cigarros/> (2020).
112. Oxford Economics. Oxford Economics | Leader in global economic forecasting and analysis. Oxford Economics <https://www.oxfordeconomics.com/> (2022).

113. OLÁ JORNAL. Cigarro ilegal impede crescimento da produção local em 15%. Olá Jornal
<http://olajornal.com.br/cigarro-ilegal-impede-crescimento-da-producao-local-em-15/> (2020).
114. OLÁ JORNAL. Economista defende nova estrutura de preços para estancar venda de cigarros ilegais. Olá Jornal
<http://olajornal.com.br/economista-defende-nova-estrutura-de-precos-para-estancar-venda-de-cigarros-ilegais/> (2021).
115. FNCP. Contrabando de cigarros: um enorme prejuízo para o país - Economia. Estadão
<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,contrabando-de-cigarros-um-enorme-prejuizo-para-o-pais,70003346019>
(2020).
116. Wainer, J. CIGARRO DO CRIME. (2021).
117. Daehn', 'Ricardo. Série 'Cigarro do crime' aborda indústria ilegal que lucra R\$ 11 bilhões. Diversão e Arte
<https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2020/12/4897084-serie-cigarro-do-crime-cerca-industria-ilegal-que-lucra-rs-11-bilhoes.html> (2020).
118. Fórum Nacional Contra a pirataria e a ilegalidade. Home. #contrabandonão <https://contrabandonao.com.br/>.
119. BELING, R. Os Caminhos do Tabaco 2020. GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região
<https://www.gaz.com.br/os-caminhos-do-tabaco-2020/> (2020).
120. GAZETA DO SUL. Roteiro avalia impacto do cigarro ilegal no mercado. GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região
<https://www.gaz.com.br/expedicao-avalia-impacto-do-cigarro-ilegal-no-mercado/> (2020).
121. OLÁ JORNAL. Philip Morris Internacional abre terceira rodada de financiamento do PMI Impact. Olá Jornal
<http://olajornal.com.br/philip-morris-internacional-abre-terceira-rodada-de-financiamento-do-pmi-impact/> (2021).
122. WHO Framework Convention on Tobacco Control. WHO | Guidelines for implementation of Article 5.3. WHO
https://www.who.int/fctc/guidelines/adopted/article_5_3/en/ (2021).